



instituto de economia  
grupo rio

Projeto MARE-CAPES: “Reforma  
do Estado e Proteção Social: Os Setores  
de Saúde e Segurança Públicas no Rio de Janeiro”

Subprojeto 3 - Segurança Pública

# **CADASTRO DE PROGRAMAS INOVADORES EM SEGURANÇA PÚBLICA NO RIO DE JANEIRO - ANOS 1980/90**

Levantamento e organização:  
**Barbara Musumeci Soares**

Assistente de pesquisa:  
**Debora Lobo Moutinho Astocondor**

janeiro de 2000

Este cadastro reúne 26 fichas com informações sobre experiências inovadoras na área de segurança pública implementadas no Estado do Rio de Janeiro nos anos 1980/90 e analisadas na Parte IV do Relatório *Reforma do Estado e Proteção Social: os Setores de Saúde e Segurança Públicas no Rio de Janeiro/Subprojeto 3*. Tais informações foram obtidas em entrevistas feitas em 1998 e início de 1999 a pessoas responsáveis pela condução das instituições e/ou programas inovadores, bem como na consulta ao seu material de divulgação.

## SUMÁRIO:

1. CEOM/Centro Especial de Orientação à Mulher Zuzu Angel .....	2
2. Projeto Legal (Centro de Defesa, Garantia e Promoção de Direitos Humanos) .....	6
3. Centro de Defesa D. Luciano Mendes .....	9
4. Defesa dos Direitos da Criança (Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião) .....	11
.....	
5. Clínica da Violência .....	14
6. SOS - Disque Denúncia Exploração Sexual Infanto-Juvenil (ABRAPIA) .....	17
7. SOS Crianças (ABRAPIA) .....	19
8. Disque Denúncia (Associação Rio contra o Crime) .....	22
9. Mediare/Centro de Mediação e Resolução Ética de Conflitos .....	24
10. Juizados Especiais .....	26
11. Núcleos Especiais da Defensoria Pública .....	33
12. DEAM/Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (PCERJ) .....	37
13. Abrigo Viva Mulher (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social) .....	39
.....	
14. “Vem pra Casa” (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social) .....	41
15. Programa de Proteção ao Turista (PMERJ) .....	44
16. SOS Criança (PMERJ) .....	47
17. Policiamento Comunitário de Quarteirão (PMERJ) .....	49
18. PROERD/Programa Educacional de Resistência às Drogas (PMERJ) .....	52
19. Projeto Integrativo Salas-Oficinas (PMERJ) .....	55
20. Policiamento de Ônibus (PMERJ) .....	57
21. AJIR/Ação Insurgente Contra o Racismo .....	61
22. Movimento Viva Rio .....	63
23. Conselhos Tutelares .....	68
24. Conselhos da Comunidade .....	71
25. Disque-Denúncia Roubo e Furto de Veículos (Associação Rio contra o Crime) .....	73
26. Casa da Mulher Bertha Luz (Prefeitura Municipal de Volta Redonda) .....	75

# 1

## CEOM/Centro Especial de Orientação à Mulher Zuzu Angel

LOCAL FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL - UFRJ  
SEÇÃO COORDENAÇÃO DE ESTÁGIOS  
CONTATO MARISA GASPARY  
TELEFONE/FAX (CEOM) 628-8228 (UFRJ) 2951695 - R. 290  
ENDEREÇO TRAVESSA GONÇALO G. DE MATOS, S/Nº,  
NEVES - SÃO GONÇALO

---

INSTITUIÇÃO / ORGANIZAÇÃO	♦ <b>CEOM: Centro Especial de Orientação à Mulher Zuzu Angel</b>
SETOR	♦ O CEOM é um projeto desenvolvido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social da Prefeitura de São Gonçalo.
NOME DO PROJETO	♦ <b>CEOM</b>
ÁREA DE ABRANGÊNCIA	♦ Município de São Gonçalo (que tem uma população de 1.300.000) - embora tenham sido atendidas pessoas de outros municípios, já que esse é o único centro de orientação à mulher existente no estado.
DATA DE INÍCIO	♦ 27 de agosto de 1997
PÚBLICO-ALVO	♦ Mulheres de qualquer grupo social, vivendo em situação de violência (também se oferece uma modalidade de atendimento para os homens agressores)
OBJETIVO INICIAL	♦ “Ser um centro de referência para todas as mulheres que vivenciam situações de violência, propiciando atendimento reflexivo e sócio-educativo, e de assessoria jurídica, psicológica e social e de educação e saúde” (Gaspary, M. - Projeto de Implantação do CEOM)
PRESSUPOSTOS	♦ O trabalho adota uma postura não vitimizante (o que se reflete no fato de as mulheres serem chamadas de “usuárias”, ao invés de “vítimas”).
SERVIÇOS “OFERECIDOS	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Assessoramento jurídico (orientação e ajuizamento)</li><li>2. Encaminhamento para unidades de saúde, quando necessário e orientação em saúde (em sentido amplo, tal como no PAISM)</li><li>3. Atendimento específico para mulheres em situação de violência - com vistas a ultrapassar a instância individual e apontar para o plano coletivo. Procura-se integrar a mulher usuária aos projetos do CEOM, ao invés de fornecer apenas atendimento tópico.</li></ol>

- PLANTÃO DE 9 ÀS 18 HORAS -

4. Palestras em outras instituições
5. Atendimento aos agressores (também no sentido reflexivo e sócio-educativo)

MODO DE  
FUNCIONAMENTO

- ◆ O CEOM é constituído por quatro diferentes setores que operam de forma integrada:
  1. Setor de Serviço Social
  2. Setor de Psicologia
  3. Setor Jurídico
  4. Setor de Educação e Saúde.
- ◆ O primeiro atendimento às mulheres é realizado pelo pessoal administrativo, que recolhe, em uma ficha, as informações básicas sobre a pessoa atendida, como nome, endereço, forma de acesso ao CEOM, etc. Nesse primeiro contato, não são colhidas informações sobre a situação de violência, assim como qualquer outro dado que possa expor ou constranger a mulher.
  - ◆ Também nesse primeiro contato, as mulheres recebem um cartão que será utilizado em todas as visitas subseqüentes.
- ◆ A mulher que chega ao CEOM passa necessariamente por dois setores: o Serviço Social e o Setor de Educação e Saúde (o encaminhamento para o setor jurídico e para o psicológico só se fará se necessário):
- ◆ Quando chega ao Serviço Social, a mulher responderá a perguntas mais específicas (sobre sua saúde, situação profissional, renda, etc.) e será, necessariamente, informada sobre o sentido da interpelação: busca-se, com os dados coletados nesse contato, desenhar um perfil da usuária, de forma a qualificar o apoio que receberá e a permitir a construção de um olhar abrangente sobre cada pessoa atendida. Por fim, as assistentes sociais perguntam sobre as razões que motivaram a procura do CEOM.
  - ◆ Depois de ouvir a mulher a Assistente Social ajuda-a a clarear a história e desenvolve, com ela uma reflexão sobre a situação vivida, sua posição na relação violenta e as formas de potencializar seus recursos. Não se trata de um trabalho tutelar, mas um de esforço de ajudar a mulher a conhecer seus direitos, encontrar novos recursos e novas formas de estar no mundo. Para isso, a mulher-usuária do CEOM frequentará o serviço de Assistência Social durante o tempo que necessitar, recebendo aí atendimento individualizado.
- ◆ O setor de Educação e Saúde realiza um trabalho de orientação e encaminhamento, articulado às unidades municipais de saúde. Quando necessário, a pessoa atendida será encaminhada para os serviços médicos disponíveis na rede municipal.
  - ◆ Nesse setor são desenvolvidas oficinas temáticas, nas quais é elaborado o assunto escolhido pelas usuárias -a partir de um levantamento feito durante os atendimentos. Cada oficina temática dá lugar a dois ou três encontros mensais, dos quais participam, em média, 20 mulheres. A participação nos grupos temáticos é, evidentemente, voluntária.
  - ◆ Esse setor desenvolve, ainda, um trabalho de “sala de espera”, que consiste no atendimento (orientação, reflexão sobre temas específicos, etc.) das mulheres que esperam sua vez, por parte de um profissional de Educação e Saúde especialmente dedicado a essa tarefa.
- ◆ Quando necessário, a usuária é encaminhada para o setor jurídico e/ou psicológico.
- ◆ O atendimento aos agressores envolve, primeiramente, entrevistas em separado com cada parceiro e, posteriormente (quando não há risco envolvido), encontros com o casal.

TODOS OS ATENDIMENTOS (ASSIM COMO O PRIMEIRO ATENDIMENTO,  
QUANDO MARCADO POR TELEFONE) SÃO AGENDADOS PREVIAMENTE  
E EFETUADOS EM HORÁRIOS DEFINIDOS

\* \* \*

TODOS OS CASOS SÃO MANTIDOS SOB SIGILO, ASSIM COMO OS DADOS  
FORNECIDOS PELAS USUÁRIAS.

OBJETIVOS REDEFINIDOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Não. O CEOM não se baseou em uma demanda pré-definida mas, ao contrário, vem coletando os dados que ajudam a traçar, não apenas o perfil das usuárias, mas, igualmente, o perfil da demanda que essas usuárias têm expressado neste primeiro ano de funcionamento do centro.</li> </ul>
OBJETIVOS ALCANÇADOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Sim. O trabalho vem merecendo a atenção das mulheres (que, via de regra, retornam ao CEOM e se integram ao trabalho) e o reconhecimento da prefeitura e da imprensa. O CEOM tem dado vazão tanto à demanda local, como a de outros Municípios que não dispõem de recursos dessa natureza.</li> </ul>
AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Sim</li> </ul>
MÉTODO DE AVALIAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Os dados coletados são sistematizados e tabulados diariamente. De dois em dois meses produz-se um relatório comparativo (quantitativo e qualitativo).</li> <li>◆ A equipe se reúne, mensalmente, para uma avaliação interna, que inclui, sem exceção, todos os funcionários envolvidos com o programa.</li> <li>◆ As mulheres usuárias avaliam, individualmente e em grupo, o atendimento e as oficinas temáticas.</li> </ul>
PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Setor de Serviço Social: 6 assistentes sociais e 6 estagiárias da UERJ</li> <li>2. Setor de Psicologia: 3 psicólogo(a)s</li> <li>3. Setor Jurídico: 2 advogado(a)s</li> <li>4. Setor de Educação e Saúde: 1 bióloga; 1 médica; 1 assistente social e 1 pedagoga</li> <li>5. 8 funcionários administrativos</li> </ol>
NÚMERO	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ 30 profissionais (incluindo a Coordenadora)</li> </ul>
TIPO DE ORGANIZAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Instituição Governamental</li> </ul>
FONTES DE FINANCIAMENTO	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Prefeitura de São Gonçalo</li> </ul>
CUSTO ESTIMADO	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ O CEOM não tem orçamento próprio. É mantido integralmente pela Prefeitura, que se encarrega, também, dos gastos adicionais que se fizerem necessários. <ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Expl: O CEOM conseguiu que a Prefeitura liberasse uma verba para a compra de vales-transporte para as usuárias com dificuldades de deslocamento.</li> </ul> </li> </ul>
NÚMERO DE PESSOAS ATENDIDAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ atendimentos diários: cerca de 40 pessoas (o número tende a aumentar). A capacidade ideal de atendimentos novos (primeira visita) é de 8 mulheres ao dia. Desde a fundação (em agosto de 1997) até agosto de 1998 foram atendidas 6.150 mulheres.</li> </ul>
PARCERIAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ <b>(Instituições que encaminham usuários ao CEOM e que recebem encaminhamento providos do CEOM)</b></li> </ul>

- ◆ Outros setores da SMDS
- ◆ Abrigo Viva-Mulher (Município do Rio de Janeiro)
- ◆ Unidades de Saúde do Município de S. Gonçalo
- ◆ Conselhos Tutelares
- ◆ ABRAPIA
- ◆ FIA / FIASG
- ◆ Escolas do Município
- ◆ OAB
- ◆ Centros Sociais Urbanos

**TERCEIRIZAÇÕES**

- ◆ Não

**PROBLEMAS**

- ◆ Falta de aparelhagem : vídeo, fax, computador, Xerox, etc..
- ◆ O único carro do CEOM foi temporariamente deslocado para outro setor da Prefeitura;
- ◆ O espaço físico já está pequeno em relação à demanda atual

**TRABALHO**

- ◆ Não

**VOLUNTÁRIO**

## 2

# Projeto Legal/ Centro de Defesa, Garantia e Promoção de Direitos Humanos

## Instituto Brasileiro de Inovações em Saúde Social

LOCAL	<b>PROJETO LEGAL</b>
CONTATOS	CRISTIANE AUGUSTO BRANCO (ASSISTENTE SOCIAL) / NUBIMAR HUBER BATISTA (ADVOGADA)
TELEFONE/FAX	TEL./FAX : 242-6418 / 252-4458
ENDEREÇO	LADEIRA DE SANTA TERESA, 18 - ARCOS DA LAPA - CEP 20241-140
E-MAIL	<a href="mailto:ibissplegal@alternex.com.br">ibissplegal@alternex.com.br</a>

---

INSTITUIÇÃO / ORGANIZAÇÃO	♦ IBISS (Instituto Brasileiro de Inovações em Saúde Social).
Nº DE PROJETOS QUE DESENVOLVE	♦ Em torno de 35 projetos.
PROJETO	<b>Projeto Legal</b> (Centro de Defesa, Garantia e Promoção de Direitos Humanos)
ÁREA DE ABRANGÊNCIA (DA ORGANIZAÇÃO)	♦ O IBISS é uma ONG reconhecida como Utilidade Pública Federal. Ele abrange todo o estado do Rio, tendo projetos em Rio Bonito, São Pedro da Aldeia, Natividade, Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Belford Roxo e no município do Rio. Há um projeto em Campo Grande (MS), que contempla a região Centro-Oeste. Através do Centro de Defesa, vinculado à ANCED, o instituto ganha abrangência nacional. ♦ <b>O Projeto Legal abrange o estado do Rio de Janeiro</b>
DATA DE INÍCIO (DA ORGANIZAÇÃO)	♦ De 1986 a 1989 se deu o processo de criação do IBISS, mas ele só foi instituído oficialmente em 15/11/1990. <b>O Projeto Legal teve início em maio de 1993.</b>
PÚBLICO-ALVO (DA ORGANIZAÇÃO)	♦ O público-alvo do IBISS é o mais variado possível, atendendo desde crianças e adolescentes até a terceira idade, com ênfase nos primeiros. A população marginalizada tem prioridade. ♦ <b>O Projeto Legal</b> atende a crianças e adolescentes, vítimas ou infratores, até os 21 anos, das camadas menos favorecidas. A faixa etária representa um diferencial desse projeto, em relação aos demais que, em sua maioria, prestam atendimento apenas a adolescentes de até 18 anos.
OBJETIVO INICIAL DA ORGANIZAÇÃO	♦ O IBISS desenvolve novas formas de assistência social preventiva, particularmente na área da saúde. Não se quer criar um serviço paralelo ao serviço público, mas um trabalho preventivo, educativo. ♦ <b>O Projeto Legal</b> presta atendimento jurídico e social e, quando necessário, psicológico, às crianças e adolescentes que tiveram seus direitos violados ou cometeram ato infracional.
OBJETIVOS REDEFINIDOS (DA ORGANIZAÇÃO)	♦ Os objetivos do Projeto Legal foram ampliados. No início havia a linha de ação de defesa e garantia dos direitos, com atendimento jurídico-social direto; agora,

	<p>há uma outra linha de ação, que é a de promoção de direitos.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>♦ “O Projeto Legal, através de uma intervenção interdisciplinar, atua jurídico-sócio-politicamente na realidade do dia-a-dia da população marginalizada. Sua missão é defender, garantir e promover a plenitude dos Direitos Humanos, visando, pelo exercício da cidadania, a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática” (“Quem já teve os direitos violados levante a mão” - folheto de divulgação do Projeto Legal)</li> </ul>
OBJETIVOS ALCANÇADOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>♦ Não é possível informar, pois não há dados qualitativos e quantitativos para uma avaliação desse tipo. São poucos os jovens que o projeto consegue inserir no mercado de trabalho e grande a quantidade de jovens submetidos à medidas sócio-educativas aplicada pelo Juizado da Infância e da Juventude - que significa perda total ou parcial de liberdade. Uma minoria recebe apenas advertência.</li> </ul>
PRESSUPOSTOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>♦ Os entrevistados não souberam informar.</li> </ul>
SERVIÇOS OFERECIDOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>♦ O trabalho do Centro se divide em duas linhas básicas de atuação: defesa e garantia de Direitos Humanos e promoção de Direitos Humanos.</li> <li>♦ <i>“Defesa e Garantia:</i></li> <li>♦ Atendimento direto de casos de violação de Direitos Humanos, através de plantão;</li> <li>♦ Intervenção sócio-jurídica no caso de crianças, adolescentes e jovens marginalizados, em conflito com a lei;</li> <li>♦ Ações de direitos civis individuais, pleiteando o acesso às condições básicas da cidadania como saúde, educação, transporte, lazer, entre outros;</li> <li>♦ Acompanhamento e intervenção sócio-jurídica em processos nos casos de extermínio infanto-juvenil;</li> <li>♦ Ações judiciais de direitos civis difusos e coletivos, garantindo a implementação de direitos constitucionais;</li> <li>♦ Ações jurídico-políticas, junto a órgãos internacionais de Direitos Humanos.”</li> <li>♦ <i>“Promoção:</i></li> <li>♦ Articulação política em fóruns populares, redes de pressão, movimentos sociais e conselhos;</li> <li>♦ Capacitação e assessoria a entidades de atendimento, Conselhos de Direito da Criança e do Adolescente, Tutelares e de Saúde;</li> <li>♦ Cidadania nas Escolas - capacitação e assessoria aos professores das escolas da rede pública sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente;</li> <li>♦ Formação em Direitos Humanos, através de cursos, palestras e colóquios;</li> <li>♦ Assessoria institucional a projetos/entidades/programas governamentais ou não-governamentais de atendimento a criança, adolescente, jovem e na área de saúde;</li> <li>♦ Apresentação e discussão de casos exemplares na Mídia;</li> <li>♦ Edição do jornal sobre Direitos Humanos “Posso Falar O Que Penso?” e de publicações relativas ao tema;</li> <li>♦ CPDOC - centro de pesquisa e documentação, com livros, periódicos, vídeos, folhetos e bancos de dados sobre Direitos Humanos, à disposição dos interessados” (“Quem já teve os direitos violados levante a mão” - folheto de divulgação do Projeto Legal).</li> </ul>
MODO DE FUNCIONAMENTO	<ul style="list-style-type: none"> <li>♦ Projeto Legal: quando o jovem chega ao projeto, por conta própria ou encaminhado por outra instituição, passa pelo primeiro contato com uma comissão interdisciplinar, que é o chamado “plantão”. Esta comissão é composta por 3 núcleos (núcleo jurídico, de serviço social e de psicologia). O núcleo de psicologia só participa quando necessário. Neste primeiro contato, verificar-se-á se o jovem (vítima ou infrator) está de acordo com os requisitos estabelecidos pelo projeto (como ter até 21 anos, se apresentar com nome verdadeiro, não estar envolvido com tráfico de drogas, estupro ou homicídio) para ser atendido. Se o caso é aceito, a atuação do projeto não acaba ao término do processo; faz-se um atendimento jurídico desde a fase de inquérito até a</li> </ul>



	<p>execução da pena; no caso de condenamento, também se faz um acompanhamento da família enquanto o jovem está dentro do sistema prisional. A família passa, então, a ser o elo com o jovem “internado”. A idéia é continuar o acompanhamento quando o jovem for libertado, criando outras perspectivas de vida através do encaminhamento para o mercado de trabalho (banco de empregos; Fênix), de acordo com os interesses e as possibilidades de cada um.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Há ainda uma assessoria de comunicação que faz o trabalho de divulgação das ações.</li> </ul>
AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Há uma avaliação anual interna, com o auxílio de um profissional/assessor externo. Nunca houve uma avaliação externa.</li> </ul>
MÉTODOS DE AVALIAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Durante uma semana, a equipe se reúne para avaliar o trabalho realizado ao longo do ano, para rever os objetivos (confirmá-los ou alterá-los), planejar o trabalho para o ano seguinte. Há uma assessoria externa de planejamento, que formula questionários juntamente com a coordenação geral do projeto, para a equipe responder, avaliando a estrutura interna do Projeto Legal. Esses questionários são analisados por todos e, de acordo com o resultado, são estabelecidas as metas para o ano seguinte.</li> </ul>
PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ 3 advogadas, 3 estagiários de Direito, 2 assistentes sociais, 1 estagiária de assistência social, 2 estagiários de Jornalismo e há um processo de seleção para se contratar um jornalista, 1 coordenadora geral (assistente social), 1 assessor político-institucional (advogado), 1 administradora do Projeto Legal, 1 motorista, 1 telefonista, 1 auxiliar administrativo, 1 vigia noturno.</li> </ul>
NÚMERO	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ 18 profissionais.</li> </ul>
TIPO DE ORGANIZAÇÃO:	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Sem fins lucrativos</li> </ul>
FONTES DE FINANCIAMENTO	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Cáritas Holandesa (financia a estrutura física do projeto); UNICEF (financia o projeto Cidadania nas Escolas); IBISS (paga os salários dos funcionários). A União Européia também já confirmou a liberação de verbas.</li> </ul>
CUSTO ESTIMADO	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ R\$ 200.000,00 por ano para todas as atividades do projeto, o que não significa que o projeto de fato receba esta quantia.</li> </ul>
Nº PESSOAS ATENDIDAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ A meta estabelecida foi atender 250 casos no plantão (primeiro contato) e acompanhar 70, mas já estão sendo acompanhados 86 casos.</li> </ul>
PARCERIAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Apenas uma parceria informal com a empresa Fênix (empresa de Limpeza, Conservação, Jardinagem e Faxinas Residenciais e Comerciais), que absorve parte da mão-de-obra dos jovens atendidos pelo projeto. As instituições que encaminham os jovens não são consideradas parceiras, pois não trabalham em conjunto.</li> </ul>
TERCEIRIZAÇÕES	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Não há.</li> </ul>
TRABALHO VOLUNTÁRIO	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Não</li> </ul>
PRINCIPAIS PROBLEMAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Falta de reconhecimento, por parte da sociedade, da importância do trabalho de defesa e promoção dos direitos humanos.</li> <li>◆ Falta de Políticas sociais (trabalho, educação, segurança, etc..)</li> </ul>

### 3

## Centro de Defesa D. Luciano Mendes

LOCAL **CENTRO DE DEFESA D. LUCIANO MENDES**

CONTATOS **DIRCE DRACH / PEDRO R. da SILVA PEREIRA (ADVOGADOS/  
COORDENADORES DO PROJETO)**

TELEFONE/FAX **TEL.: 242-2708 FAX: 232-4628**

ENDEREÇO **RUA EVARISTO DA VEIGA, 149 - CENTRO - 20031-040**

INSTITUIÇÃO / ORGANIZAÇÃO	♦ Associação Beneficente São Martinho
SETOR	♦ Linha de Defesa da São Martinho
NOME DO PROJETO	<b>Centro de Defesa D. Luciano Mendes</b>
ÁREA DE ABRANGÊNCIA	♦ Município do Rio de Janeiro ( Há grande demanda por parte da Zona Oeste)
DATA DE INÍCIO	♦ 1988
PÚBLICO-ALVO	♦ Crianças e adolescentes (infratoras ou não) que precisam de atendimento jurídico.
OBJETIVO INICIAL	♦ Amparar e atender crianças e adolescentes, prestando atendimento jurídico e social. O objetivo de longo prazo é efetivar o que já está garantido na lei (ECA).
PRESSUPOSTOS	♦ É preciso fazer cumprir o que a lei já garante. ♦ “Apesar de o Estatuto ser muito claro em suas determinações, o que se observa, em todo o país, são sucessivas violações dos direitos da criança e do adolescente, um Estado omissivo e uma sociedade civil ainda pouco sensibilizada para o problema.” (“Pela Justiça, na Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente” - folheto de divulgação do Centro)
SERVIÇOS OFERECIDOS	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Defesa e garantia dos direitos individuais e coletivos (atendimento jurídico-social permanente; provimento de documentação para as crianças e adolescentes da Fundação São Martinho; acompanhamento dos processos de guarda e adoção).</li> <li>2. Promoção do Estatuto da Criança e do Adolescente (o Centro de Defesa produz material de divulgação; realiza pesquisas para propor políticas públicas relativas à educação, profissionalização no trabalho e garantia dos direitos de crianças e adolescentes em conflito com a lei).</li> <li>3. Divulgação dos direitos da criança e do adolescente (o Centro de Defesa acompanha o tratamento dado ao tema, pela mídia; apóia iniciativas em educação e informação a respeito do ECA).</li> </ol>
MODO DE FUNCIONAMENTO	♦ A atuação se dá onde existe a necessidade de uma intervenção jurídica imediata para a defesa, garantia e promoção dos direitos das crianças e

	<p>adolescentes.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>♦ A organização assume os processos, através de seus (2) advogados e acompanha os casos, atuando no Juizado da Infância e Juventude (1ª e 2ª Varas) e no Fórum.</li> <li>♦ O Centro funciona de 2º a 6º, das 10h às 17h e realiza plantão, alternando semanalmente, em conjunto com os Centros de Defesa do Rio de Janeiro associados à ANCED.</li> </ul>
OBJETIVOS REDEFINIDOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>♦ Não houve alterações significativas, pois os problemas se mantiveram inalterados.</li> </ul>
OS OBJETIVOS FORAM ALCANÇADOS?	Não inteiramente. Mas nos casos atendidos os resultados foram positivos.
AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS (sistemática)	<ul style="list-style-type: none"> <li>♦ Desenvolve-se um planejamento geral no início de cada ano e um relatório semestral que analisa o cumprimento das metas planejadas. No final do ano, produz-se um relatório geral sobre as atividades desenvolvidas.</li> <li>♦ Não há avaliação externa. Há, somente, visitas dos financiadores.</li> </ul>
CUSTO ESTIMADO	<ul style="list-style-type: none"> <li>♦ Os únicos custos são os salários dos funcionários, despesas com telefone, água e luz.</li> </ul>
PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>♦ Há 2 advogados, 2 estagiários e 1 auxiliar de escritório.</li> </ul>
NÚMERO	<ul style="list-style-type: none"> <li>♦ 3 profissionais e 2 estagiários.</li> </ul>
TIPO DE ORGANIZAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>♦ ONG</li> </ul>
FONTES FINANCIADORAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>♦ Charitas e Fundação São Martinho</li> </ul>
PARCERIAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>♦ O Centro de Defesa procura articular sua ação à dos movimentos civis e de outras entidades e órgãos envolvidos com a Infância e Juventude. Exemplos dessa política são as articulações com o IBISS (Projeto Legal), CDH Bento Rubião, Centro Brasileiro da Criança e Adolescente, CEAP, ABRAPIA. O Centro de Defesa participa do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e é filiado à ANCED.</li> </ul>
TERCEIRIZAÇÃO ?	<ul style="list-style-type: none"> <li>♦ Não</li> </ul>
PRINCIPAIS PROBLEMAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>♦ Falta de profissionais competentes e despidos de preconceitos.</li> </ul>

## 4

# Defesa dos Direitos da Criança

## Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião

LOCAL **BENTO RUBIÃO**  
 CONTATOS **JOSÉ RICARDO CUNHA**  
 TELEFONE/FAX **TEL.: 262-3003**  
 ENDEREÇO **AV. BEIRA MAR, 216 - SL 401**  
 E-MAIL [cddhbr@ax.apc.org](mailto:cddhbr@ax.apc.org)

INSTITUIÇÃO / ORGANIZAÇÃO	♦ <b>Fundação Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião</b>
PROJETO	<b>Defesa dos Direitos da Criança</b>
Nº DE PROJETOS QUE DESENVOLVE	♦ 6 projetos ( desenvolvidos por 3 diferentes programas)
NOMES DOS PROJETOS	1. Programa Terra e Habitação→ possui dois projetos: (a)Direito à Moradia; (b)Projeto de Cooperativas. 2. Programa Educação para os Direitos da Criança→ possui um projeto: (a)Clubes de União e Lazer. 3. <b>Defesa de Direitos da Criança</b> → possui três projetos: (a)Centro de Informações; (b)Capacitação e Assessoria; (c)Ação Judicial.
ÁREA DE ABRANGÊNCIA	♦ A atuação direta se dá no estado do Rio de Janeiro, mas a participação nas redes de defesa e as articulações políticas ocorrem no plano nacional.
DATA DE INÍCIO DA ORGANIZAÇÃO	♦ 1986. Em meados da década de 90 a organização passou a ser uma ONG de natureza fundacional, sofrendo maior controle estatal (fiscalização) e tendo de cumprir mais exigências legais e burocráticas. O objetivo de transformá-la em Fundação foi obter maior credibilidade.
PÚBLICO-ALVO	♦ Inicialmente: comunidades (favelas) e periferias urbanas. Houve uma mudança desse público-alvo através da incorporação explícita de crianças e adolescentes. ♦ O programa 3 atende a jovens de até 17 anos (em princípio).
OBJETIVO INICIAL DA ORGANIZAÇÃO	♦ Capacitar as lideranças comunitárias para exercer a cidadania e assessorar técnica e politicamente as comunidades para o exercício do direito à moradia.
OBJETIVOS REDEFINIDOS	♦ Os objetivos foram ampliados na medida em que as crianças/adolescentes passaram a contar com projetos específicos.
OBJETIVOS ALCANÇADOS	♦ Sim, pois várias pessoas se beneficiam com os serviços prestados, mas a demanda é muito maior do que a capacidade de atendimento.
PRESSUPOSTOS	♦ Existia uma demanda por esse tipo de intervenção que visava o direito à moradia e à formação de lideranças para a cidadania; o Estado se revelava

incapaz de suprir essa demanda; havia um grupo de profissionais que reunia condições técnicas, políticas e ideológicas para oferecer esse tipo de serviço.

OBJETIVO DOS PROJETOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Programa 3: “atuar na proteção da criança e do adolescente, através de ações que garantam a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente, a fim de concretizar a Doutrina da Proteção Integral como meio e fim da construção de uma sociedade mais justa e democrática.”</li> </ul>
SERVIÇOS OFERECIDOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ <i>Programa</i> <b><u>Defesa de Direitos da Criança</u></b></li> <li>◆ Projeto (a): é responsável pela produção de informações e de material.</li> <li>◆ Projeto (b): capacitação (organização de cursos, seminários e encontros a serem realizados nos municípios e regionalmente); assessoria a Conselhos Tutelares, Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, órgãos do governo, movimentos sociais, etc.</li> <li>◆ Projeto (c): atua intervindo no Poder Judiciário para garantir os direitos de crianças e adolescentes. Realiza a defesa judicial do adolescente acusado de cometer ato infracional (basicamente, crimes contra o patrimônio); defesa de direitos individuais (normalmente, ações de indenização); defesa de direitos difusos (exemplo: ações contra municípios que não implantaram Conselhos Tutelares ou de Direitos).</li> </ul>
AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ No final do ano, cada programa se reúne em um retiro de três dias para avaliar se as metas que haviam sido propostas foram cumpridas. Nessa reunião, faz-se também um planejamento para o ano seguinte. No meio do ano, há um encontro de dois dias para verificar se o planejamento está sendo cumprido e realizar possíveis correções de rumo.</li> <li>◆ No início de cada ano, toda a fundação se encontra para demonstrar resultados e definir as linhas de intervenção política (como a organização vai se posicionar em temas gerais de direitos humanos).</li> </ul>
MÉTODOS DE AVALIAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ A avaliação é baseada no planejamento feito no final do ano anterior.</li> </ul>
PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Os funcionários se enquadram em três diferentes blocos: administrativo (nível médio ou superior); técnicos com nível superior envolvidos nas atividades-fim (direito, serviço social, psicologia, pedagogia, arquitetura e engenharia); agentes comunitários, educadores, coletores de dados para as pesquisas (não se habilitam por conhecimento específico, adquirem-no dentro da organização).</li> </ul>
NÚMERO	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Fundação: em torno de 47 funcionários.</li> <li>◆ Programa <b><u>Defesa de Direitos da Criança</u></b>: 13 funcionários.</li> </ul>
TIPO DE ORGANIZAÇÃO:	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Sem fins lucrativos</li> </ul>
FONTES DE FINANCIAMENTO	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Externas: agências de cooperação (ONGs internacionais), principalmente da Holanda e da Alemanha.</li> <li>◆ Internas: municípios, estado do Rio de Janeiro, União.</li> </ul>
CUSTO ESTIMADO	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Em torno de R\$ 170.000,00 por ano para o programa <b><u>Defesa de Direitos da Criança</u></b>.</li> </ul>
Nº PESSOAS ATENDIDAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Não é possível precisar o número de pessoas beneficiadas pelos projetos 3(a) e 3 (b). Neste último, pretende-se capacitar e/ou assessorar 160 pessoas <i>diretamente</i> até outubro. Para o projeto 3(c), a meta é beneficiar 120 pessoas este ano, excluindo os benefícios de direitos difusos, que também não podem ser mensurados.</li> </ul>
PARCERIAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Há parcerias com outras instituições ligadas aos Direitos Humanos (troca de informação e, eventualmente, trabalho em conjunto).</li> </ul>

**TERCEIRIZAÇÕES**

- ♦ Não há terceirizações das tarefas diretamente relacionadas às atividades-fim, mas há terceirização, por exemplo, na área de informática.

**PROBLEMAS**

- ♦ Carência de recursos e insegurança quanto à disposição dos mesmos; dificuldade de gerência administrativa por falta de pessoal e de qualificação (é preciso otimizar os recursos, aumentar a eficiência e a rapidez); dificuldades de comunicação com órgãos governamentais, que desejam a participação das ONGs apenas na execução, mas não no planejamento das atividades, e dificuldade de comunicação com as próprias ONGs que formam, cada vez mais, um bloco heterogêneo, defendendo interesses diversos e com diferentes ideologias.

**TRABALHO  
VOLUNTÁRIO**

- ♦ Não. Não há uma política institucional de trabalho voluntário.

## 5

# Clínica da Violência

LOCAL	<b>CLÍNICA DA VIOLÊNCIA</b>
CONTATOS	<b>GRAÇA PIZÁ DE MENEZES</b>
TELEFONE/FAX	<b>TEL. 521-3575 FAX 537-6212</b>
ENDEREÇO	<b>RUA BARÃO DA TORRE, 175 - CASA 18 - IPANEMA</b>
E-MAIL	<a href="mailto:gralui@iis.com.br">gralui@iis.com.br</a>

INSTITUIÇÃO / ORGANIZAÇÃO	♦ Clínica da Violência
NOME DO PROJETO	♦ <b>Clínica da Violência</b>
ÁREA DE ABRANGÊNCIA	♦ Não há, em princípio, limites definidos: a clínica atende a qualquer pessoa de qualquer lugar do Brasil ou do exterior, mas está sediada no Rio de Janeiro.
DATA DE INÍCIO	♦ Em 1996 a clínica começou a existir como uma instituição voltada para tratamento das vítimas de violência e para pesquisa.
PÚBLICO-ALVO	♦ Pessoas de qualquer sexo ou idade, vítimas de violência social, doméstica ou institucional. O foco é a população do Rio de Janeiro, onde foi desenvolvida uma pesquisa que deu origem ao projeto - de autoria de Graça Pizá de Menezes, coordenadora do trabalho.
OBJETIVO INICIAL	♦ Tratamento psicanalítico para vítimas de violência, capacitação de profissionais, desenvolvimento de pesquisa e prevenção. ♦ A Clínica da Violência "... institucionaliza uma certa prática que buscou criar saídas efetivas em determinados sofrimentos, muitas vezes extremos, valendo-se da psicanálise" (...) A Clínica da Violência se constitui como Laboratório no qual se investiga o que se pode fazer com a Psicanálise em situações específicas, envolvendo atos que comprometeram ou desestabilizaram tanto a criança, o adolescente, mas também o mais velho de todas as idades..." (Clínica da Violência - "Em que consiste o laboratório de técnicas psicanalíticas e o núcleo de estudos da Clínica da Violência" - mimeo).
PRESSUPOSTOS	♦ No momento atual, a violência (social, doméstica e institucional) tem se agravado, afetando, diretamente, o plano psíquico individual. ♦ É preciso empregar métodos psicanalíticos mais rápidos e extensivos (aos personagens envolvidos direta e indiretamente no contexto da violência, pois o que está em jogo é, freqüentemente, a própria vida e, muitas vezes a vida de uma criança indefesa. ♦ Mesmo que a agressão não deixe sinais físicos ela imprime suas marcas no plano psíquico, e acaba por vir à tona, de um modo ou de outro. " O desafio pede que (...) sejam encontrados novos caminhos tanto na elaboração teórica norteadora do que irá se fazer, quanto novas técnicas, inventadas e severamente discutidas, a fim de medir o seu alcance e poder transformador e de construir um quadro capaz de enfrentar progressivamente as dificuldades e o sofrimento desta população em causa" (Clínica da Violência - mimeo). ♦ "É considerando a questão 'O que fazer para que um psiquismo possa recobrar

	<p>suas condições mínimas de conduzir-se através das etapas de sua vida?’ que abordamos certas formas de violência” (Clínica da Violência - “Em que consiste o laboratório de técnicas psicanalíticas e o núcleo de estudos da Clínica da Violência” - mimeo).</p>
SERVIÇOS “OFERECIDOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Tratamento psicanalítico</li> <li>◆ Acompanhamento psicológico para os familiares</li> <li>◆ Pesquisa</li> <li>◆ Assessoramento jurídico</li> <li>◆ Capacitação de profissionais</li> </ul>
MODO DE FUNCIONAMENTO	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ O atendimento clínico obedece a três etapas formais (triagem, avaliação e encaminhamento), de acordo com os seguintes procedimentos: <ul style="list-style-type: none"> <li>◆ 1. “Entrevista para avaliação diagnóstica e necessidade de atendimento psicanalítico;</li> <li>◆ 2. reconhecimento dos principais casos a serem atendidos;</li> <li>◆ 3. avaliação dos principais casos através de dados obtidos nas entrevistas diagnósticas;</li> <li>◆ 4. encaminhamento para profissionais que irão acompanhar o casos;</li> <li>◆ 5. início dos atendimentos;</li> <li>◆ 6. acompanhamento do caso e retorno da avaliação e triagem para instituições conveniadas;</li> <li>◆ 7. supervisão semanal do caso</li> </ul> </li> <li>◆ Todas as atividades tornam-se objeto de discussão em uma perspectiva psicanalítica. No Laboratório de Técnicas Psicanalíticas avaliam-se os caminhos seguidos e os passos a seguir nos casos sob supervisão e reflete-se sobre os procedimentos empregados à luz da tradição das técnicas psicanalíticas e das concepções teóricas consideradas relevantes.</li> <li>◆ “O Núcleo de Estudos da Clínica da Violência divide suas funções em quatro: (1) a de produzir uma referência conceitual precisa a respeito das técnicas psicanalíticas; (2) a de estudar o fenômeno da violência tanto na especificamente infantil e adolescente, quanto sob outros aspectos; (3) a de pesquisar e avaliar os dados; (4) a de promover divulgação e informação precisa a respeito do problema” (Clínica da Violência - “Em que consiste o laboratório de técnicas psicanalíticas e o núcleo de estudos da Clínica da Violência” - mimeo).</li> <li>◆ Os estudos desenvolvidos pelo Núcleo envolvem teoria psicanalítica, conhecimento de técnicas psicanalíticas, o quadro da violência em relação à criança e ao adolescente, a formação psicanalítica, o trabalho institucional, entre outros.</li> </ul>
OBJETIVOS REDEFINIDOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Os objetivos não foram redefinidos.</li> </ul>
OBJETIVOS ALCANÇADOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Segundo a coordenadora, os objetivos iniciais estão sendo alcançados, pois os pacientes apresentam melhora clínica e conseguem alterar o ambiente/contexto violento em que viviam.</li> <li>◆ No plano da pesquisa, criou-se o Núcleo de Estudo da Clínica da Violência, que realiza estudos de interesse imediato da Clínica e se encarrega de sua divulgação através de publicações, cursos e encontros.</li> </ul>
CUSTO REAL MÊS	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Em torno de R\$ 4.000,00 por mês.</li> </ul>
Nº PESSOAS ATENDIDAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Entre dezembro de 1996 e junho de 1998, a Clínica da Violência atendeu mais de 540 casos de violência. Deste total, 60% corresponderam a crianças vítimas de violência sexual (incestuosa).</li> </ul>
PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ 8 psicanalistas, 1 advogado, 2 secretárias e 1 auxiliar.</li> </ul>



NÚMERO	♦ 12 profissionais.
TRABALHO VOLUNTÁRIO	♦ NÃO
FONTES FINANCIADORAS	♦ pagamento simbólico das vítimas pelo tratamento recebido; pagamento de supervisão psicanalítica; pagamento pelos módulos do curso de capacitação e sublocação do espaço para cursos e treinamentos.
PARCERIAS <sup>1</sup>	<ul style="list-style-type: none"> <li>♦ <b>instituições públicas</b></li> <li>♦ UFRJ -através da Pós Graduação em Neuropsicologia do Instituto de Neurologia Deolindo Couto-INDC, Instituto de Puericultura Martagão Gesteira-IPPMG;</li> <li>♦ UERJ - através da Pós Graduação em Direito da Criança;</li> <li>♦ CRP/RJ - Conselho Regional de Psicologia - através da Comissão da Criança e do Adolescente;</li> <li>♦ Gabinete Civil do Estado - através do CEDIM;</li> <li>♦ Conselhos Regionais de Educação CRES/RJ.</li> <li>♦ <b>Instituições Judiciárias</b></li> <li>♦ Promotoria Pública do Rio de Janeiro</li> <li>♦ Juizado da Infância e da Juventude - 1º e 2º Varas da Capital - RJ</li> <li>♦ Juizado da Infância e da Juventude de Niterói - RJ</li> <li>♦ Ordem dos Advogados do Brasil / OAB-RJ - através da Comissão de Direitos Humanos.</li> <li>♦ <b>Instituições não governamentais</b></li> <li>♦ ABRAPIA (Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência) - através do SOS-Criança</li> <li>♦ Aldeias infantis do Brasil - SOS de Jacarepaguá e Pedra Bonita/RJ.</li> <li>♦ Viva Rio</li> <li>♦ <b>Instituições religiosas</b></li> <li>♦ Arquidiocese do Rio de Janeiro - através da Pastoral do Menor</li> <li>♦ Banco da Providência de formação Católica do RJ</li> <li>♦ <b>Sociedade civil organizada</b></li> <li>♦ Conselhos Estaduais e conselhos Tutelares das Zonas Sul, Norte, Leste e Oeste da cidade do Rio de Janeiro</li> <li>♦ A Clínica da Violência integra ainda a Rede Nacional de Combate à Violência Contra a Criança e o Adolescente (CECRJA/ Brasília).</li> </ul>
TERCEIRIZAÇÃO ?	♦ Não.
PROBLEMAS	♦ NÃO FORAM INDICADOS

<sup>1</sup> A classificação dos tipos institucionais foi elaborada pela Clínica da Violência

## 6

# SOS-Disque Denúncia Exploração Sexual Infanto-Juvenil

**Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência (ABRAPIA)**

LOCAL **ABRAPIA**  
 CONTATOS **VÂNIA IZZO/**  
 TELEFONE/FAX **TEL.: 589-5656 FAX: 580-8057**  
 ENDEREÇO **RUA FONSECA TELES, 121/2º ANDAR - SÃO CRISTÓVÃO - CEP: 20940-200**

INSTITUIÇÃO / ORGANIZAÇÃO	♦ ABRAPIA (Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência)
NOME DO PROJETO	♦ <b>SOS-Disque Denúncia Exploração Sexual Infanto-Juvenil</b>
ÁREA DE ABRANGÊNCIA	♦ Nacional
DATA DE INÍCIO	♦ Fevereiro de 1997
PÚBLICO-ALVO	♦ Crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual.
OBJETIVO INICIAL	♦ Receber e repassar denúncias de exploração sexual; contribuir para a efetivação das políticas públicas nessa área; realizar um trabalho de conscientização, relativamente à exploração sexual.
PRESSUPOSTOS	♦ Existe turismo sexual no Brasil, mas há poucas denúncias sobre esse tipo de exploração sexual; a exploração sexual fere os direitos básicos da criança, expressos Estatuto da Criança e do Adolescente.
SERVIÇOS OFERECIDOS	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Recebimento de denúncias (por telefone) de exploração sexual de meninas e meninos.</li> <li>2. Organização e catalogação dos dados obtidos através do programa.</li> <li>3. Encaminhamento dos casos denunciados para as autoridades responsáveis em cada município.</li> <li>4. Acompanhamento dos casos atendidos.</li> </ol>
MODO DE FUNCIONAMENTO	<ul style="list-style-type: none"> <li>♦ Uma equipe de atendentes, especialmente treinada, recebe as denúncias, e as repassa aos órgãos competentes, que deverão tomar as providências necessárias.</li> <li>♦ Os organismos a que se destinam os encaminhamentos são: Ministério Público, Delegacias Especializadas e Conselhos Tutelares. Mas cada estado tem seu critério e, em alguns casos, mobiliza recursos alternativos.</li> </ul>
OBJETIVOS REDEFINIDOS	♦ Não houve propriamente uma redefinição de objetivos, mas um redimensionamento dos propósitos originais: passou-se a enfatizar o trabalho de conscientização / qualificação das denúncias. Os objetivos foram ampliados graças à construção / consolidação de um saber entre os profissionais da área.

OS OBJETIVOS FORAM ALCANÇADOS ?	♦ Sim, uma vez que o debate sobre o tema está sendo fomentado.
AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS	♦ Há uma avaliação interna. ♦ A avaliação externa é feita pelo Ministério da Justiça.
MÉTODO DE AVALIAÇÃO	♦ A ABRAPIA avalia seu trabalho através da elaboração de relatórios estatísticos sobre o perfil dos denunciante, dos agressores, dos casos que resultaram em prisão etc.
CUSTO ESTIMADO	♦ Custo mensal baixo, segundo o entrevistado, que não soube quantificar o valor preciso.
Nº DE PESSOAS ATENDIDAS	♦ 1040 denúncias desde o início do programa.
PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS	♦ Profissionais da área de psicologia e serviço social, preparado/as para atender as ligações, já que a campanha está se tornando, crescentemente, educativa. Há treinamento constante dos/as atendentes.
NÚMERO	♦ Cerca de 10 profissionais.
FONTES FINANCIADORAS	♦ Ministério da Justiça
PARCERIAS	♦ Ministério da Justiça, FIA, colaboradores na área de defesa das crianças e adolescentes (SOS-Criança estaduais, algumas ONGs que funcionam como centro de defesa) e delegacias especializadas.
TERCEIRIZAÇÃO	♦ Não
PRINCIPAIS PROBLEMAS	♦ Falta de recursos de alguns estados para averiguar as denúncias; ♦ Dificuldade de estabelecimento de parceria, em alguns casos, com o Conselho Tutelar; ♦ Falta de suporte para as crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual. Ausência de programas que garantam a proteção dessas crianças (no sentido de mantê-las fora do esquema de exploração) e que sejam competitivos, em relação aos “atrativos” da situação anterior.

# 7

## SOS-Crianças

### Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência (ABRAPIA)

LOCAL	ABRAPIA
CONTATOS	VÂNIA IZZO
TELEFONE/FAX	TEL.: 589-5656      FAX: 580-8057
ENDEREÇO	RUA FONSECA TELES, 121/2º ANDAR - SÃO CRISTÓVÃO - CEP: 20940-200

INSTITUIÇÃO / ORGANIZAÇÃO	♦ <b>ABRAPIA</b> (Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência)
NOME DO PROJETO	♦ <b>SOS-Crianças</b>
ÁREA DE ABRANGÊNCIA	♦ ESTADO DO RIO DE JANEIRO: atendimento à criança (há sete regionais e a sede é na cidade do Rio de Janeiro). ♦ BRASIL: capacitação (cursos, palestras, publicação de material p/ conscient.)
DATA DE INÍCIO	♦ Dezembro de 1988. (A partir de 1989 a instituição dispôs de sede própria para atendimento ao público).
PÚBLICO-ALVO	♦ Crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica (agressões físicas, psicológicas, abuso sexual, negligência e abandono), de violência institucional e de exploração do trabalho infantil.
OBJETIVO INICIAL	♦ Tirar a criança da situação de risco, ampliando a percepção, por parte dos familiares, do contexto da violência e defendendo os direitos das crianças e dos adolescentes.
PRESSUPOSTOS	♦ É preciso defender os direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente.
SERVIÇOS “OFERECIDOS	♦ <b>ATENDIMENTO INSTITUCIONAL</b> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Recebimento das denúncias relativas a crianças e adolescentes em situação de risco.</li> <li>2. Adoção de medidas institucionais de proteção da criança.</li> <li>3. Encaminhamento das famílias e dos casos para os serviços apropriados.</li> <li>4. Atendimento psicossocial e outros atendimentos voltados para a dinâmica familiar e para a prevenção da violência doméstica.</li> <li>5. Serviço de advocacia para crianças e adolescentes vítimas de maus-tratos familiares e institucionais.</li> </ol>
	♦ <b>NÚCLEO DE ATENDIMENTO COMUNITÁRIO (NAC)</b> Trata-se de “...módulos de atendimento regional, que atuam através de representantes da comunidade, ampliando o trabalho preventivo e permitindo a multiplicação dos conhecimentos sobre a defesa dos direitos da criança e do adolescente” ( ABRAPIA - “Em defesa da criança e do adolescente” - folheto de divulgação).
MODO DE FUNCIONAMENTO	<b>I. SOS -</b>

- ◆ O programa recebe (pessoalmente, por carta, fax, telefone ou e-mail) informações e notificações de situações de risco que envolvem crianças e adolescentes. A identidade do denunciante é preservada.
  - ◆ Plantão de 8:00 às 20:00 horas
- ◆ A partir da denúncia, são tomadas as providências para a proteção da criança vitimizada, que pode implicar o afastamento dos agressores, a manutenção ou a reintegração da criança no ambiente familiar. Os casos são distribuídos entre os técnicos de acordo com a disponibilidade e a capacidade de cada um.
  - ◆ Há denúncias não confirmadas pelas seguintes razões: falta de dados; perda de contato; denúncia não constatada (neste último caso o Conselho Tutelar não chega a ser notificado).
- ◆ Quando a denúncia é confirmada, o caso é encaminhado de acordo com as necessidades da família: os mais graves são logo repassados ao Conselho Tutelar ou ao Ministério Público (alguns requerem a intervenção da polícia civil).
- ◆ Quando se trata de emergência, agenda-se, imediatamente, uma visita domiciliar e os técnicos se dirigem ao local da denúncia, além de buscarem o apoio da polícia e dos Conselhos Tutelares. Caso contrário, a família é convidada a comparecer na sede da instituição.
- ◆ O contato com a família pode se desdobrar em várias entrevistas, durante as quais busca-se descobrir os fatores que estão favorecendo a violência e determinar a magnitude que ela já assumiu. Expõe-se, aos envolvidos, o Estatuto da Criança e do Adolescente e procura-se “conscientizar” a família ou responsáveis da necessidade de proteger a criança.
- ◆ O tempo médio, ideal, de acompanhamento dos casos é de 6 a 8 meses, embora esse critério seja flexível e variável, de acordo com as especificidades de cada um.
- ◆ Os técnicos buscam ainda uma rede de apoio para as pessoas envolvidas com as crianças.
- ◆ Possíveis encaminhamentos: psicológico (psicodiagnóstico, terapia individual e em grupo); banco de empregos; bolsas de alimentação e recursos da comunidade (como projetos de esportes, A.A., etc).
  - ◆ O atendimento é totalmente gratuito.
- ◆ Além do atendimento à criança e, indiretamente, aos responsáveis, oferece-se “... atendimento jurídico para os casos do SOS-Criança, com acompanhamento desde a denúncia até a decisão final, bem como a defesa dos direitos individuais e coletivos em casos de violência e omissão institucional” (ABRAPAI, “Em defesa da criança e do adolescente” - folheto de divulgação).

## II. NAC - NÚCLEO DE ATENDIMENTO COMUNITÁRIO

- ◆ O NAC realiza o mapeamento da situação local, promove a divulgação do ECA, através de dois agentes comunitários (selecionados no próprio local) e de uma supervisora (assistente social).

### OBJETIVOS REDEFINIDOS

- ◆ Os objetivos de seguir e defender o Estatuto foram mantidos. Mas houve melhoria dos serviços e maior capacitação dos profissionais.

### OS OBJETIVOS FORAM ALCANÇADOS?

- ◆ “Sim” (avaliação da entrevistada)

### AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS (sistemática)

- ◆ Enquanto o caso permanece com a instituição, ele é analisado e verifica-se se houve ou não melhora da situação. Mas até hoje não foi possível desenvolver um programa específico para avaliar a família após a conclusão do caso (follow up).
- ◆ Não há avaliação externa.

### CUSTO ESTIMADO

- ◆ Desconhecido pela entrevistada.

Nº PESSOAS ATENDIDAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Número de casos novos por mês: entre 200 e 250 em todo o estado.</li> </ul>
PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Psicólogos, assistentes sociais, advogados (ou estudantes de Direito) e voluntários dessas mesmas áreas ou de apoio. (no passado, trabalharam pedagogos e sociólogos).</li> </ul>
NÚMERO	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ considerando todos os projetos e todas as regionais: cerca de 80.</li> </ul>
TRABALHO VOLUNTÁRIO	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Há psicólogos, assistentes sociais, advogados ou estudantes de advocacia trabalhando voluntariamente, em regime de 12 horas semanais - treinados durante cerca de dois meses.</li> <li>◆ já houve, no passado, a participação de voluntários pedagogos e sociólogos</li> </ul>
FONTES FINANCIADORAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Nacionais: FIA (Fundação para Infância e Adolescência), Ministério da Justiça e pequenas doações dos amigos e sócios da ABRAPIA. <ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Já receberam apoio do CBIA, da UNICEF e do Conselho Municipal da Criança.</li> </ul> </li> <li>◆ Internacionais: Shidehope (agora com novo nome) - Inglaterra.</li> </ul>
PARCERIAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Centro de Psicodiagnóstico da Barra; NAVE; Clínica da Violência.</li> </ul>
TERCEIRIZAÇÃO ?	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Não</li> </ul>
PRINCIPAIS PROBLEMAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ A insegurança quanto à viabilidade da sustentação econômica da organização é permanente. A instabilidade dos laços profissionais (não é possível assinar a carteira dos trabalhadores) resulta na perda de quadros já treinados e positivamente envolvidos com o trabalho. O projeto pode ser descontinuado, pois os financiadores preferem financiar programas auto-sustentáveis.</li> </ul>

# 8

## Disque Denúncia

### Associação Rio Contra o Crime

LOCAL	<b>DISQUE DENÚNCIA</b>
CONTATOS	<b>ZECA BORGES</b>
TELEFONE/FAX	<b>(021) 690-1260 até 1263</b>
ENDEREÇO	<b>PRESIDENTE VARGAS, 817 - 12º ANDAR</b>

INSTITUIÇÃO / ORGANIZAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Associação Rio Contra o Crime</li> </ul>
NOME DO PROJETO	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ <b>Disque Denúncia</b></li> </ul>
ÁREA DE ABRANGÊNCIA	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ O projeto focaliza o estado do Rio de Janeiro, mas as demandas de outros estados também são atendidas.</li> </ul>
DATA DE INÍCIO	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Agosto de 1995</li> </ul>
PÚBLICO-ALVO	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Toda a comunidade</li> </ul>
OBJETIVO INICIAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Mobilizar a comunidade para que ela apóie o combate ao crime. É um projeto de “mobilização da cidadania”.</li> </ul>
PRESSUPOSTOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ A população deve ser mobilizada e a polícia, pressionada.</li> </ul>
“SERVIÇOS “OFERECIDOS	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Receber as denúncias e encaminhá-las aos órgãos competentes.</li> <li>2. Em algumas situações, mesmo após o encaminhamento, acompanha-se o caso.</li> </ol>
MODO DE FUNCIONAMENTO	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Ao ligar para o Disque Denúncia, o cidadão recebe uma senha, que será sua referência, caso queira acrescentar uma informação ou acompanhar o andamento da investigação. Ele não se identifica e a ligação não é rastreada.</li> <li>◆ As denúncias recebidas são entregues a analistas do CISP (Centro de Inteligência da Segurança Pública).</li> <li>◆ As informações são avaliadas e enviadas para uma unidade da PM ou da Polícia Civil.</li> <li>◆ As denúncias que demandem uma ação imediata são enviadas via fax e confirmadas por rádio. Uma unidade do gabinete do Secretário de Segurança acompanha estas operações diretamente.</li> <li>◆ O retorno do “Disque-Denúncia” (as informações sobre os resultados de uma operação) é fundamental para alimentar o trabalho de inteligência e para atender às pessoas que ligam, cobrando os resultados das informações que prestaram.</li> <li>◆ Os resultados do Disque Denúncia são repassados à imprensa para reforçar a imagem do serviço e estimular um maior número de pessoas a prestar informações.</li> </ul>
OBJETIVOS ALCANÇADOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Os objetivos iniciais estão sendo alcançados, pois a participação da população no projeto superou as expectativas originais. A reação/resposta da polícia, apesar de satisfatória, ainda está aquém do esperado.</li> </ul>
AVALIAÇÃO DOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Avaliação interna : realizada sistematicamente.</li> </ul>

RESULTADOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Já foi realizada uma avaliação externa, mas procedimento não se tornou sistemático.</li> </ul>
MÉTODO DE AVALIAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Medida de respostas por batalhão e por delegacia.</li> <li>◆ Análise interna formal, realizada semanalmente, através de avaliações quantitativas e qualitativas dos atendimentos/encaminhamentos.</li> <li>◆ Já houve uma avaliação externa feita pelo ISER, que produziu um relatório detalhado sobre os resultados do projeto.</li> </ul>
Nº / PERIODICIDADE DAS AVALIAÇÕES	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ A avaliação interna é semanal</li> </ul>
CUSTO REAL MÊS	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ R\$ 50.000,00. Esse é o custo total, constituído por três bases: custo operacional (manutenção da central de atendimento); custo das recompensas; custo de produção de peças publicitárias.</li> </ul>
CUSTO REAL ANO	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ R\$ 600.000,00</li> </ul>
Nº PESSOAS ATENDIDAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ A capacidade de atendimento é de no máximo de 500 denúncias por dia. Este limite nunca foi atingido.</li> </ul>
PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Profissionais de marketing corporativo (Zeca Borges), de telemarketing (nível gerencial) e profissionais que possuem 2º grau completo e experiência em telemarketing (atendimento). Já há um treinamento específico para os profissionais que atendem às denúncias.</li> </ul>
NÚMERO	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ 26 profissionais, no total.</li> </ul>
FONTES FINANCIADORAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Doadores privados financiam o custo operacional, o custo das recompensas e o custo de produção de peças publicitárias.</li> </ul>
PARCERIAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Sindicato das Seguradoras,</li> <li>◆ FETRANSPOR</li> <li>◆ Secretaria de Segurança Pública</li> <li>◆ emissoras de rádio e TV. <ul style="list-style-type: none"> <li>◆ A Secretaria de Segurança Pública cede o espaço físico, as linhas telefônicas e também é responsável por despesas gerais de condomínio e tarifas públicas. As emissoras de rádio e TV fornecem espaço comercial, estimado em mais de R\$1.000.000,00 por ano.</li> </ul> </li> </ul>



## 9

# Mediare/Centro de Mediação e Resolução Ética de Conflitos

LOCAL	<b>MEDIARE (CENTRO DE MEDIAÇÃO E RESOLUÇÃO ÉTICA DE CONFLITOS DO RIO DE JANEIRO)</b>
CONTATOS	<b>RENATA FONKERT/TÂNIA ALMEIDA/TÂNIA PRIETO</b> (sócias/mediadoras)
TELEFONE/FAX	<b>TEL/FAX 266-4399</b>
ENDEREÇO	<b>RUA VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA, 445 SL. 309 - BOTAFOGO - CEP: 22270-001</b>
E-MAIL	<a href="mailto:mediare@ax.apc.org">mediare@ax.apc.org</a>

---

INSTITUIÇÃO / ORGANIZAÇÃO	♦ Mediare
NOME DO PROJETO	♦ <b>Mediare</b>
ÁREA DE ABRANGÊNCIA	♦ Em princípio não há limites. Trata-se de um projeto de âmbito nacional.
DATA DE INÍCIO	♦ Abril de 1997
PÚBLICO-ALVO	♦ Indivíduos, famílias, comunidades, empresas, instituições nacionais e internacionais em situação de conflito.
OBJETIVO INICIAL	♦ “Propõe a utilização de métodos éticos, participativos e construtivos na prevenção e resolução de conflitos, tendo como objetivos a divulgação, a capacitação e a prática da Mediação e de outras técnicas que tratem da resolução e prevenção de impasses.”
PRESSUPOSTOS	♦ O processo de globalização tende a produzir novos contextos sociais de cooperação e competição interpessoal e interinstitucional, ampliando o potencial de conflito (natural, em qualquer cultura) e a demanda por instrumentos capazes de facilitar a regulação das diferenças. Existe uma carência de recursos dessa natureza e uma exaustão do sistema judiciário. ♦ A mediação pode realizar uma transformação cultural, na medida em que oferece um novo ângulo de percepção da experiência conflitiva: as pessoas são convidadas a lidar positivamente com seus conflitos.
“SERVIÇOS “OFERECIDOS	<ol style="list-style-type: none"> <li><b>1. Mediação privada e consultoria</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>♦ familiar (situações de divórcio, guarda, adoção, conflitos, pais-adolescentes, patrimônio, heranças)</li> <li>♦ comercial (Perdas e danos, títulos de crédito, cobranças e arbitramento de aluguéis, sucessão, dissolução de sociedades, comércio exterior)</li> <li>♦ trabalhista (Rescisões contratuais, indenizações, férias, horas extras, acidentes de trabalho)</li> </ul> </li> <li><b>2. Ensino e formação técnico-profissional</b> (palestras, seminários, treinamentos / criação de programas acadêmicos)</li> </ol>

	<p><b>3. Prevenção de conflitos</b> ( Consultorias, seminários e workshops em identificação, manejo e gerenciamento de conflitos; aprimoramento de habilidades comunicacionais; formas colaborativas de resolução de impasses).</p> <p><b>4. Centro de referência</b> (corpo de mediadores de formação e prática multidisciplinar / intercâmbio com rede nacional e internacional de profissionais e instituições especializadas)</p>
MODO DE FUNCIONAMENTO	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Trata-se de um processo voluntário e confidencial de facilitação da comunicação, pelo qual uma terceira parte neutra ajuda duas ou mais pessoas a encontrar um acordo mutuamente satisfatório para suas diferenças. “Diferentemente da arbitragem e da resolução judicial, onde a decisão fica transferida a um terceiro, a mediação mantém o poder decisório com as partes” (MEDIARE - folheto de divulgação).</li> </ul>
OBJETIVOS REDEFINIDOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Os objetivos são ainda os mesmos formulados em 1996. Desde então, houve uma ampliação (e não uma redefinição) dos objetivos original.</li> </ul>
AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS (sistemática)	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Follow-up</li> <li>◆ Não há projetos de avaliação externa, dada a necessidade de preservação do sigilo.</li> </ul>
MÉTODO DE AVALIAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Follow-up</li> </ul>
PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Dois psicólogos, uma advogada e uma médica.</li> </ul>
NÚMERO	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ 4 profissionais.</li> </ul>
TIPO DE INSTITUIÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Empresa Privada - com fins lucrativos</li> </ul>
FONTES DE FINANCIAMENTO	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Serviços prestados</li> </ul>
PARCERIAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Outras instituições que atuam na área de resolução de conflitos; instituições afins e ONGs (NOOS, Instituto de Terapia de Família do Rio de Janeiro).</li> <li>◆ O Mediare integra Redes de Instituições de Mediação nacionais e internacionais. Compõe o quadro de fundadores do Conselho Nacional de Instituições de Mediação e Arbitragem (CONIMA). Integra o quadro da diretoria do CONIMA. É filiado à Society of Professionals in Dispute Resolution, à Academy of Family Mediators e à Academy Dispute Management Associates Inc. - Flórida.</li> </ul>
TERCEIRIZAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Nenhuma</li> </ul>

# 10

## Juizados Especiais

LOCAL	<b>JUIZADO ESPECIAL (CÍVEL E CRIMINAL)</b>
CONTATOS	Dra. CRISTINA TEREZA GAULE / VLAMIR da CONCEIÇÃO PADRÃO As informações foram complementadas com o texto da Lei Federal nº 9.099/95, e da Lei Estadual nº 2.556/96, que dispõem sobre os Juizados Especiais e com o texto do Jornal eletrônico “O Impacto” ( <a href="http://www.supernet.com.br/~ronzella/coluna5.htm">www.supernet.com.br/~ronzella/coluna5.htm</a> )
ENDEREÇO	AV. PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS - FÓRUM

OBS: Esta ficha refere-se aos Juizados Especiais (Cíveis ou Criminais) em geral, mas as informações específicas dizem respeito apenas um de seus núcleos: o I Juizado Especial Cível, uma vez que o número dos núcleos é muito grande e não é possível, ou mesmo desejável, entrevistar todos os seus representantes. Há núcleos espalhados por todo o estado do Rio de Janeiro e, caso fosse viável incluir todos eles nessa amostra, estaríamos introduzindo um enorme desequilíbrio entre os juizados e os demais programas.

### INSTITUIÇÃO / ORGANIZAÇÃO

- ◆ Poder Judiciário
- ◆ Artigo 5º da Lei Estadual nº 2.556 - Os Juizados Especiais Cíveis e Criminais são unidades jurisdicionais autônomas, presididas por Juiz de Direito e servidas por cartórios judiciais oficializados, com servidores próprios...”
- ◆ Artigo 2º da Lei Estadual nº 2.556 de maio de 1996 - Integram o Sistema de Juizados Especiais:
  - I - os Juizados Especiais Cíveis;
  - II - os Juizados Especiais Criminais;
  - III - os Juizados Especiais Adjuntos Cíveis;
  - IV - os Juizados Especiais Adjuntos Criminais;
  - V - as Turmas Recursais Cíveis;
  - VI - as Turmas Recursais Criminais.

### NOME DO PROJETO

### Juizados Especiais

### ÁREA DE ABRANGÊNCIA

- ◆ A proposta original, de que cada região administrativa tenha seu juizado especial, ainda não foi implementada. O Juizado em questão (I Juizado Especial Cível) abrange as 1ª, 2ª, 3ª e 7ª regiões administrativas. Em janeiro de 1998, o estado do Rio tinha 164 Juizados Especiais. Desse total, 84 eram Juizados Criminais (julgam infrações penais de menor potencial ofensivo, cuja pena seja inferior a um ano) e 80 eram Juizados Cíveis (cuidam das causas de menor complexidade, cujo valor não ultrapasse 40 salários mínimos).
- ◆ Artigo 17 da Lei Estadual nº 2.556 - Ficam criados 46 Juizados Especiais, com competência para os feitos cíveis e 46 Juizados Especiais com competência para os feitos criminais, previstos na Lei no 9.099/95, assim discriminados:

1) I Juizado Especial Cível - I Região Administrativa

- 2) II Juizado Especial Cível - II Região Administrativa
- 3) III Juizado Especial Cível - III Região Administrativa
- 4) IV Juizado Especial Cível - IV Região Administrativa
- 5) V Juizado Especial Cível - V Região Administrativa
- 6) VI Juizado Especial Cível - VI Região Administrativa
- 7) VII Juizado Especial Cível - VII Região Administrativa
- 8) VIII Juizado Especial Cível - VIII Região Administrativa
- 9) IX Juizado Especial Cível - IX Região Administrativa
- 10) X Juizado Especial Cível - X Região Administrativa
- 11) XI Juizado Especial Cível - XI Região Administrativa
- 12) XII Juizado Especial Cível - XII Região Administrativa
- 13) XIII Juizado Especial Cível - XIII Região Administrativa
- 14) XIV Juizado Especial Cível - XIV Região Administrativa
- 15) XV Juizado Especial Cível - XV Região Administrativa
- 16) XVI Juizado Especial Cível - XVI Região Administrativa
- 17) XVII Juizado Especial Cível - XVII Região Administrativa
- 18) XVIII Juizado Especial Cível - XVIII Região Administrativa
- 19) XIX Juizado Especial Cível - XIX Região Administrativa
- 20) XX Juizado Especial Cível - XX Região Administrativa
- 21) XXI Juizado Especial Cível - XXI Região Administrativa
- 22) XXII Juizado Especial Cível - XXII Região Administrativa
- 23) XXIII Juizado Especial Cível - XXIII Região Administrativa
- 24) XXIV Juizado Especial Cível - XXIV Região Administrativa
- 25) XXV Juizado Especial Cível - XXV Região Administrativa
- 26) XXVI Juizado Especial Cível - XXVI Região Administrativa
- 27) XXVII Juizado Especial Cível - XXVII Região Administrativa
- 28) XXVIII Juizado Especial Cível - XXVIII Região Administrativa
- 29) XXIX Juizado Especial Cível - XXIX Região Administrativa
- 30) XXX Juizado Especial Cível - XXX Região Administrativa
- 31) I Juizado Especial Criminal - I Região Administrativa
- 32) II Juizado Especial Criminal - II Região Administrativa
- 33) III Juizado Especial Criminal - III Região Administrativa
- 34) IV Juizado Especial Criminal - IV Região Administrativa
- 35) V Juizado Especial Criminal - V Região Administrativa
- 36) VI Juizado Especial Criminal - VI Região Administrativa
- 37) VII Juizado Especial Criminal - VII Região Administrativa
- 38) VIII Juizado Especial Criminal - VIII Região Administrativa
- 39) IX Juizado Especial Criminal - IX Região Administrativa
- 40) X Juizado Especial Criminal - X Região Administrativa
- 41) XI Juizado Especial Criminal - XI Região Administrativa
- 42) XII Juizado Especial Criminal - XII Região Administrativa
- 43) XIII Juizado Especial Criminal - XIII Região Administrativa
- 44) XIV Juizado Especial Criminal - XIV Região Administrativa
- 45) XV Juizado Especial Criminal - XV Região Administrativa
- 46) XVI Juizado Especial Criminal - XVI Região Administrativa
- 47) XVII Juizado Especial Criminal - XVII Região Administrativa
- 48) XVIII Juizado Especial Criminal - XVIII Região Administrativa
- 49) XIX Juizado Especial Criminal - XIX Região Administrativa
- 50) XX Juizado Especial Criminal - XX Região Administrativa
- 51) XXI Juizado Especial Criminal - XXI Região Administrativa
- 52) XXII Juizado Especial Criminal - XXII Região Administrativa
- 53) XXIII Juizado Especial Criminal - XXIII Região Administrativa
- 54) XXIV Juizado Especial Criminal - XXIV Região Administrativa
- 55) XXV Juizado Especial Criminal - XXV Região Administrativa
- 56) XXVI Juizado Especial Criminal - XXVI Região Administrativa
- 57) XXVII Juizado Especial Criminal - XXVII Região Administrativa
- 58) XXVIII Juizado Especial Criminal - XXVIII Região Administrativa
- 59) XXIX Juizado Especial Criminal - XXIX Região Administrativa
- 60) XXX Juizado Especial Criminal - XXX Região Administrativa
- 61) I Juizado Especial Cível de Barra Mansa
- 62) I Juizado Especial Criminal de Barra Mansa

- 63) I Juizado Especial Cível de Belford Roxo
- 64) I Juizado Especial Criminal de Belford Roxo
- 65) I Juizado Especial Cível de Campos de Goytacazes
- 66) I Juizado Especial Criminal de Campos de Goytacazes
- 67) I Juizado Especial Cível de Duque de Caxias
- 68) II Juizado Especial Cível de Duque de Caxias
- 69) I Juizado Especial Criminal de Duque de Caxias
- 70) II Juizado Especial Criminal de Duque de Caxias
- 71) I Juizado Especial Cível de Nilópolis
- 72) I Juizado Especial Criminal de Nilópolis
- 73) I Juizado Especial Cível de Niterói
- 74) II Juizado Especial Cível de Niterói
- 75) I Juizado Especial Criminal de Niterói
- 76) II Juizado Especial Criminal de Niterói
- 77) I Juizado Especial Cível de Nova Friburgo
- 78) I Juizado Especial Criminal de Nova Friburgo
- 79) I Juizado Especial Cível de Nova Iguaçu
- 80) II Juizado Especial Cível de Nova Iguaçu
- 81) I Juizado Especial Criminal de Nova Iguaçu
- 82) II Juizado Especial Criminal de Nova Iguaçu
- 83) I Juizado Especial Cível de Petrópolis
- 84) I Juizado Especial Criminal de Petrópolis
- 85) I Juizado Especial Cível de São Gonçalo
- 86) II Juizado Especial Cível de São Gonçalo
- 87) I Juizado Especial Criminal de São Gonçalo
- 88) II Juizado Especial Criminal de São Gonçalo
- 89) I Juizado Especial Cível de São João de Meriti
- 90) I Juizado Especial Criminal de São João de Meriti
- 91) I Juizado Especial Cível de Volta Redonda
- 92) I Juizado Especial Criminal de Volta Redonda

DATA DE  
INÍCIO

- ♦ Juizado Especial foi instituído pela Constituição Federal de 1988.
- ♦ LEI ESTADUAL nº 2.556, de 21 de maio de 1996 -cria os Juizados Especiais Cíveis e Criminais na Justiça do Estado do Rio de Janeiro, dispõe sobre sua organização, composição e competência, e dá outras providências.
- ♦ Em outubro de 1988 foi estabelecido o primeiro Juizado Especial no Rio.
- ♦ O I juizado Especial Cível se estabeleceu em agosto de 1997.
- ♦ A Lei Federal 9.099/95 dispõe sobre os Juizados Especiais.

PÚBLICO-ALVO

- ♦ Qualquer pessoa física, residente em uma das regiões mencionadas, signatário de uma causa cujo valor não ultrapasse 40 salários mínimos (Cível) ou, acusadores e acusados de infrações penais de menor potencial ofensivo, cuja pena máxima não seja superior a um ano.

Lei Federal:

CAPÍTULO II - DOS **JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS** SEÇÃO III - DAS PARTES

<b>Artigo 8º</b> - Não poderão ser partes, no processo instituído por esta
Lei, o incapaz, o preso, as pessoas jurídicas de direito público, as
empresas públicas da União, a massa falida e o insolvente civil.
<b>Parágrafo 1º</b> - Somente as pessoas físicas capazes serão admitidas a
propor ação perante o Juizado Especial, excluídos os cessionários de
direito de pessoas jurídicas.
<b>Parágrafo 2º</b> - O maior de dezoito anos poderá ser autor,
independentemente de assistência, inclusive para fins de conciliação.

OBJETIVO  
INICIAL

- ♦ Desafogar a Justiça comum, aumentando a rapidez dos processos e a solução dos litígios. “Servir de conduto fácil para postulações decorrentes do exercício da cidadania.”

Lei Federal No 9.099, de 26 de setembro de 1995.
Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, e dá outras providências.
O PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS
<b>Artigo 1º</b> - Os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, órgãos da
Justiça Ordinária, serão criados pela União, no Distrito Federal e
nos Territórios, e pelos Estados, para conciliação, processo,
juízo e execução, nas causas de sua competência.
<b>Artigo 2º</b> - O processo orientar-se-á pelos critérios da oralidade,
simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade,
buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação.

Lei Estadual nº2.556 - Capítulo I

DA CRIAÇÃO E DA ESTRUTURA

Artigo 1º - Fica criado, no âmbito do Poder Judiciário, Sistema Estadual de Juizados Especiais Cíveis e Criminais, para a conciliação, julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo pelo Poder Judiciário.

PRESSUPOSTOS

- ♦ A máquina judiciária estava “emperrada”, o que fazia com que as pessoas com pequenos problemas não recorressem à justiça.

SERVIÇOS  
OFERECIDOS

- ♦ Os mesmos serviços da justiça comum, porém num tempo mais curto (quando há acordo entre as partes, o caso se resolve no máximo em 50 dias. Quando não há acordo, a solução pode demorar de 3 a 6 meses).

**CAPÍTULO II**  
**DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS**  
**SEÇÃO I - DA COMPETÊNCIA**

**Artigo 3º** - O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas:

I - as causas cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo; II - as enumeradas no artigo 275, inciso II, do Código de Processo Civil; III - a ação de despejo para uso próprio; IV - as ações possessórias sobre bens imóveis de valor não excedente ao fixado no inciso I deste artigo.

**CAPÍTULO III**  
**DOS JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS**  
**DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Artigo 60** - O Juizado Especial Criminal, provido por Juízes togados ou togados e leigos, tem competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo.

**Artigo 61** - Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a um ano, excetuados os casos em que a lei preveja procedimento especial.

**Artigo 62** - O processo perante o Juizado Especial orientar-se-á pelos critérios da oralidade, informalidade, economia processual e celeridade, objetivando, sempre que possível, a reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena não privativa de liberdade.

Artigo 10º da Lei Estadual nº 2.556 - Os Juizados Especiais Cíveis, além da competência prevista no artigo 3 da Lei no 9.099/95, deverão conciliar os litígios regulados pela Lei no 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), que versem sobre matéria cível.

**MODO DE  
FUNCIONAMENTO**

Formas para dar início a uma ação no Juizado Especial Cível:

1. Petição já pronta, feita pela parte ou advogado, que dá entrada no núcleo ou cartório. A petição é analisada e, uma vez adequadas as exigências básicas (como o local de residência da pessoa e o valor da causa), uma audiência é marcada. Não havendo conciliação, o processo é decidido por rito sumário;
2. A própria pessoa interessada procura o cartório diretamente, sem ter uma petição. O servidor a ouve, reduz a termos suas declarações e dá entrada no pedido. Os passos seguintes são os mesmos descritos acima.
  - ♦ “Nos juizados onde funcionam os conciliadores temos uma média de 50% a 60% de acordos nas causas que entram, o que equivale a dizer que 50% a 60% dos problemas são resolvidos sem precisarem chegar ao juiz.” (comunicação verbal da Juíza responsável)

Procedimento dos Juizados Especiais Criminais:

“O procedimento do Juizado Criminal divide-se em três fases: policial, preliminar ou conciliatória e a fase do procedimento sumaríssimo, e sua principal função é tornar mais simples e rápida a reparação de danos sofridos pela vítima e a aplicação da pena não privativa de liberdade”.

“Não há inquérito policial. O delegado irá lavrar apenas um termo circunstanciado da ocorrência, requisitar eventuais perícias e encaminhar imediatamente ao Juizado. Após a análise do promotor, o juiz determinará a citação pessoal ou por mandado do autor do fato e a intimação da vítima para a realização de audiência preliminar. Iniciada a audiência, o juiz irá propor um acordo amigável para a composição dos danos, se houver. O acordo homologado, sobre os danos civis, acarretará a renúncia ao direito de queixa ou representação. Não havendo o acordo, indagará, conforme a hipótese, se o autor do fato aceita a proposta do Ministério Público de aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multa. Cumpre-se observar que, não

havendo indícios de infração penal, promoverá o promotor o arquivamento das peças”.

“Impedem a proposta de aplicação imediata de pena: condenação anterior, por crime, com sentença definitiva; benefício idêntico há menos de cinco anos; contra-indicação da medida, em razão de antecedentes, conduta, personalidade do autor, motivos e circunstâncias da infração”.

“Aceita a proposta do promotor (transação penal), cabe ao magistrado aplicá-la por sentença. A sanção fixada não importará reincidência. Caso a proposta não seja aceita pelo acusado, o representante do Ministério Público irá oferecer denúncia oral ou, se entender necessário, requisitar o encaminhamento ao juízo comum, solicitar diligências / novas investigações, para finalmente denunciar, propondo a suspensão condicional do processo, por 2 a 4 anos, se as condições legais assim permitirem”

“Importa esclarecer que nos crimes de lesões corporais leves e lesões culposas e ameaças, o ofendido ou o seu representante legal deverão ser intimados para oferecer representação no prazo de 30 dias, sob pena de decadência e conseqüente extinção do feito”. (Ronzella, Coluna “Espaço Jurídico”, Jornal O Impacto. Moji Mirim, SP)

Artigo 14 da Lei Estadual nº 2.556 - Os atos processuais serão públicos e poderão realizar-se na parte da manhã e em horário noturno. Artigo 15 da Lei Estadual - Nos casos de homologação de acordo civil e aplicação de pena restritiva de direitos ou multa, as despesas processuais serão reduzidas de metade.

(CÍVEL) SEÇÃO II - DO JUIZ, DOS CONCILIADORES E DOS JUÍZES LEIGOS

**Artigo 5º** - O Juiz dirigirá o processo com liberdade para determinar as provas a serem produzidas, para apreciá-las e para dar especial valor às regras de experiência comum ou técnica.

**Artigo 6º** - O Juiz adotará em cada caso a decisão que reputar mais justa e equânime, atendendo aos fins sociais da lei e às exigências do bem comum.

**Artigo 7º** - Os conciliadores e Juízes leigos são auxiliares da Justiça, recrutados, os primeiros, preferentemente, entre os bacharéis em Direito e os segundos, entre advogados com mais de cinco anos de experiência

OBJETIVOS REDEFINIDOS	♦ Os objetivos se mantiveram, mas a qualidade do serviço prestado melhorou graças às reestruturações freqüentes para aumentar o número de atendimentos.
OBJETIVOS ALCANÇADOS	♦ Não há avaliações oficiais, mas o entrevistado acredita terem sido alcançados os objetivos, pois as ações se resolvem, hoje, mais rapidamente.
AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS	♦ Não há avaliações.
CUSTO ESTIMADO	♦ A entrevistada não soube informar.
Nº PESSOAS ATENDIDAS	♦ Até agosto de 1998, <b>12.886 processos</b> haviam ingressado desde a instalação do núcleo, no I Juizado Cível.
PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS	♦ <u>Lei Estadual nº 2.556</u> ♦ <b>Artigo 7º</b> - Os Juizados Especiais Adjuntos Cíveis e Criminais terão a mesma composição e competência das unidades jurisdicionais cíveis e criminais previstas no artigo 5o, e funcionarão em anexo a determinadas varas judiciais das comarcas de primeira e algumas de segunda entrância, atuando, preferencialmente, o respectivo Juiz Titular, podendo o Presidente do Tribunal de Justiça designar outros Juízes de Direito, titulares ou não, ou Juízes Substitutos, para auxílio. ♦ <b>Artigo 12</b> - Os <b>conciliadores</b> e os <b>árbitros</b> serão recrutados por concurso



público, os primeiros preferencialmente entre bacharéis e bacharelados em Direito e os segundos entre advogados, com mais de cinco anos de experiência, ficando estes impedidos de exercer a advocacia perante os Juizados Especiais, enquanto no desempenho de suas funções.

- ♦ Parágrafo 2º - São requisitos para ambas as funções:
  - I - idade superior a 18 (dezoito) anos;
  - II - profissão e disponibilidade de horário compatíveis;
  - III- residência na comarca, há mais de 05 (cinco) anos da data do recrutamento;
  - IV - bons antecedentes, demonstrados por certidões dos distribuidores locais, as quais serão requisitadas independente do pagamento de emolumentos;
  - V - idoneidade moral reconhecida;
  - VI - apresentação de atestado de sanidade física e mental.
- ♦ Parágrafo 3º - Os conciliadores e árbitros exercerão suas funções pelo prazo de 2 (dois)anos e poderão ser dispensados, a qualquer momento, pelo presidente do Tribunal de Justiça, atendendo à conveniência do serviço.

### Capítulo III - DAS TURMAS RECURSAIS CÍVEIS E CRIMINAIS

- ♦ **Artigo 16** - Cada Turma Recursal, Cível e Criminal, será composta de três Juízes Titulares e três suplentes, todos togados e em exercício no primeiro grau de jurisdição.

Parágrafo 1º - O Presidente do Tribunal de Justiça definirá, por ato, o número, a composição, os locais e os horários de funcionamento, bem como designará os Juízes das Turmas Recursais.

Parágrafo 2º - A Turma Recursal será presidida pelo Juiz mais antigo dentre os seus integrantes.

- ♦ Parágrafo 3º - Resolução do Conselho da Magistratura disporá sobre o Regimento Interno das Turmas Recursais Cíveis e Criminais.

NÚMERO	♦ Não soube informar.
FONTES FINANCIADORAS	♦ Poder Judiciário
PARCERIAS	♦ Não há.
TERCEIRIZAÇÃO	♦ Não há.
PRINCIPAIS PROBLEMAS	♦ Falta de recursos para implementar os Juizados Especiais necessários para atender toda a demanda.

# 11

## Núcleos Especiais da Defensoria Pública

LOCAL	<b>DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO</b>
SEÇÃO	<b>ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO / GABINETE DO DEFENSOR</b>
CONTATOS	<b>NÁDIA (ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO)</b> <b>DR. OSWALDO DELEUSE - DEFENSOR PÚBLICO GERAL</b>
TELEFONE/FAX	<b>240-3377</b>
ENDEREÇO	<b>R. MARECHAL CÂMARA, 314, 2º ANDAR - CENTRO</b>

### OBSERVAÇÕES

O Governador nomeia o Defensor Público Geral, mas não há nenhum tipo de subordinação hierárquica da defensoria ao governo do estado.

O Defensor Público Geral tem *status* de Secretário de Estado

INSTITUIÇÃO / ORGANIZAÇÃO SETORES	<b>DEFENSORIA PÚBLICA</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Núcleo de defesa da mulher vítima de violência.</li> <li>◆ Núcleo de defesa da pessoa idosa.</li> <li>◆ Núcleo de terras e habitação (assuntos fundiários)</li> <li>◆ Núcleo de loteamentos irregulares (assuntos fundiários).</li> <li>◆ Núcleo de defesa do consumidor.</li> <li>◆ Núcleo de assistência jurídica às associações civis, sem fins lucrativos.</li> <li>◆ Núcleo de assistência jurídica aos familiares e amigos de pessoas desaparecidas.</li> <li>◆ Núcleo superior de Conciliação e Mediação de Conflitos</li> </ul>
NOME DO PROJETO	◆ ver quadro acima (todos voltados para defesa / assistência jurídica)
ÁREA DE ABRANGÊNCIA	◆ ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DATA DE INÍCIO	◆ A defensoria já existe desde a década de 50. Em 1988 tornou-se um órgão autônomo do poder executivo
PÚBLICO-ALVO	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ A Defensoria fornece assistência jurídica para a população em geral, sob a forma de: <ul style="list-style-type: none"> <li>◆ defesa gratuita para os acusados que não podem pagar um advogado e as custas de um processo</li> <li>◆ assistência jurídica integral e gratuita, conforme estabelecido na Constituição (sempre que se trata de resgatar algum direito ferido).</li> </ul> </li> </ul>
OBJETIVO INICIAL	◆ Fornecer assistência jurídica gratuita, tal como prevê a Constituição Federal, através de Defensores Públicos que “lutam pelos direitos do cidadão junto à Justiça e dão esclarecimentos sobre as leis” (Def. Públ. folheto de divulgação).
PRESSUPOSTOS	◆ Todo cidadão deve ter direito de acesso à justiça. “A Justiça gratuita é um dever do Estado, como determina a principal lei do país: Constituição Federal” (folheto de divulgação).

- ◆ Existe uma demanda reprimida por parte daqueles que não podem pagar.
- ◆ “Definida na Constituição como Instituição essencial à própria configuração do Estado de Direito, a Defensoria se traduz na possibilidade concreta de qualquer cidadão carente, por mais pobre e ignorante que seja, valer-se de seus próprios direitos” (Defensoria Pública: Compromisso com a cidadania - publicação interna).
- ◆ “...o atendimento aos Direitos Humanos (é) um dos fatores mais importantes para a redução da violência, especialmente, nas grandes cidades” (Defensoria Pública: Compromisso com a Cidadania).
- ◆ O papel do defensor público é essencial ao funcionamento do judiciário.

## SERVIÇOS OFERECIDOS

- ◆ Orientação jurídica em geral
  - ◆ divórcio
  - ◆ separação judicial
  - ◆ ação de alimentos
  - ◆ guarda de menores
  - ◆ adoção
  - ◆ tutela e curatela
  - ◆ investigação de paternidade
  - ◆ inventário e orientação sobre testamentos
  - ◆ alvará para levantamento de valores
  - ◆ ações de despejo
  - ◆ ações de consignação em pagamento
  - ◆ ações possessórias
  - ◆ usucapião
  - ◆ regularização de imóveis
  - ◆ defesa do consumidor
  - ◆ registros civis
  - ◆ orientação e defesa em casos criminais
  - ◆ atendimento jurídico geral à criança ao adolescente e à pessoa idosa
  - ◆ postulação e defesa judicial e administrativa, em todos os graus
  - ◆ Atendimento a presos
- ◆ A partir de agosto de 1996, cinco vans passaram a atuar no projeto “Defensoria Pública Móvel”, levando Defensores públicos aos locais mais carentes do estado, para prestar atendimento jurídico gratuito (os veículos foram equipados com *notebooks*, impressoras e máquinas fotográficas para produzir retratos 3x4).
  - ◆ A Defensoria participa, como conselheira, nos Conselhos Estaduais e em alguns Conselhos Municipais de Defesa de Direitos .
  - ◆ A partir de março de 1998, a Defensoria passou a fornecer testes gratuitos de DNA (realizados na UERJ) “para as pessoas carentes que tenham ido às Defensorias das varas de família ou aos núcleos da instituição para resolver casos de investigação de paternidade”(Folha da Defensoria, Ano.IV, nº 15. Nov/Dez/Jan - 98).
  - ◆ Em janeiro de 98, foi inaugurado um Núcleo Superior de Conciliação e Mediação de Conflitos

## MODO DE FUNCIONAMENTO

- ◆ Os Defensores atuam no Fórum, em núcleos de bairros, núcleos especializados (como o de Defesa do Consumidor) e nos CCDCs.
- ◆ 30 Núcleos de Atendimento contemplam vários bairros, onde os processos judiciais são iniciados. Somente o Núcleo Central atende a onze regiões do Centro da cidade e adjacências.
- ◆ O trabalho de conciliação se fará da seguinte forma: advogados voluntários, ex-alunos da Fesudeperj e bacharéis em Direito, estagiários da Defensoria, atuam nos núcleos de primeiro atendimento, no sentido de alcançar acordo através de conciliação. Se não for possível, nessa primeira instância, o Defensor encaminha o caso para o Núcleo Superior (segunda tentativa de acordo), antes de instruir ação judicial.

## OBJETIVOS

- ◆ Há duas questões que mobilizam a reflexão (que não indicam, propriamente, redefinições mas, suscitam dúvidas que podem, futuramente, levar à correções de

REDEFINIDOS	redefinições mas, sugerem dúvidas que podem, futuramente, levar à correções de percurso: (1) o defensor deve ou não advogar? (2) Qual a validade dos núcleos de atendimento?
OS OBJETIVOS FORAM ALCANÇADOS?	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ <b>Sim</b> - se considerado o número de defensores existentes</li> <li>◆ <b>Não</b> - se considerado o número de vagas para a Defensoria Pública (cerca de 600).</li> </ul>
NÚMERO DE PESSOAS ATENDIDAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Em 1995 a Instituição atendeu a 1.070.316 pessoas no Estado e 417.516 no município.</li> <li>◆ 55.608 casos foram resolvidos através de acordos amigáveis, desafogando o Judiciário.</li> <li>◆ A Justiça Itinerante (Defensoria Pública Móvel) atendeu, em 1996, em quatro meses, 2.848 pessoas em diversos municípios do estado.</li> <li>◆ Atendimento a presos: Em um universo de 9 mil presos, "...foram efetuados no ano de 1996 cerca de 10 mil atendimentos diretamente relacionados àqueles que se encontravam em execução de pena, com os devidos requerimentos dos benefícios assegurados, entre eles: livramento-condicional, progressão de regime, remissão de pena, trabalho extra-muro, visita periódica ao lar, pedidos de indulto e comutação de pena e acompanhamento dos processos de execução". (Defensoria Pública: Compromisso com a Cidadania)</li> </ul> <p>A Defensoria atua em 70% das ações nos Tribunais do estado.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Até abril de 98, "... a Defensoria forneceu 510 tipagens de DNA, o que corresponde à solução de cerca de 170 paternidades. 20 suspeitas não foram confirmadas. 2.000 pessoas estão cadastradas na DPGE, que em novembro renovou o convênio para a realização de mais 2.040 exames" ( Folha da Defensoria, Ano III, nº 17 - fev/mar/abr - 98 pg. 10).</li> </ul>
TRABALHO VOLUNTÁRIO?	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Os Nucleos de Conciliação e Mediação de conflitos opera através de voluntários advogados.</li> </ul>
AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ <b>Interna:</b> avaliação semestral, baseada em dados estatísticos (não há avaliação qualitativa)</li> <li>◆ <b>Externa:</b> a Defensoria Pública foi apontada como a Instituição estadual mais eficiente, em pesquisa realizada pelo ISER (Instituto Superior de Estudos da Religião)/ Secretaria Municipal de Saúde.</li> </ul> <p>(não são feitas avaliações externas sistemáticas)</p>
MÉTODO DE AVALIAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Estatística dos atendimentos e número de conciliações efetuadas (casos solucionados ou julgamentos finais da causa)</li> </ul>
PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Advogados (Defensores Públicos)</li> </ul>
NÚMERO	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ 425 Defensores (advogados concursados) que atuam nas áreas criminal, cível e de família.</li> </ul>
ORGANIZAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Governamental</li> </ul>
FONTES DE FINANCIAMENTO	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Governo do estado</li> </ul>
CUSTO ESTIMADO	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Em 1997, o custo de todas as Defensorias do estado foi de R\$53.641.000,00 - (inclui: reforma, pessoal, publicações, material, manutenção)</li> </ul>

♦ Orçamento para 1998: R\$ 59.000.000,00

#### PARCERIAS

(eventuais)

- ♦ Convênio com a Faculdade de Direito da UFRJ (que cede espaço físico para um posto de atendimento e envia seus alunos para estagiar na Defensoria)
- ♦ Viva Rio (Balcões de Direito)
- ♦ Secretaria Estadual de Educação
- ♦ Igrejas
- ♦ Prefeitura do RJ e de alguns outros municípios do interior
- ♦ Algumas rádios
- ♦ UERJ / para os exames de DNA

#### TERCEIRIZAÇÕES

- ♦ Limpeza e manutenção dos prédios

#### PROBLEMAS

- ♦ Diferença salarial entre o Ministério Público e a Defensoria Pública. Desde o Governo Brizola, o defensor passou a ganhar bem menos. Segundo o entrevistado essa diferença não se justifica, pois a defesa não pode estar em posição inferior à da acusação.

# 12

## DEAM/Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher Polícia Civil

LOCAL	<b>DEAM</b>
SEÇÃO	<b>RIO DE JANEIRO</b>
CONTATOS	<b>Dra. MARTHA ROCHA (Delegada Titular)</b>
TELEFONE/FAX	<b>TEL. 690-3520/3521</b>
ENDEREÇO	<b>RUA SILVINO MONTENEGRO, Nº 1 - 3º ANDAR</b>

INSTITUIÇÃO / ORGANIZAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>♦ Polícia Civil do Rio de Janeiro</li> </ul>
SETOR	<ul style="list-style-type: none"> <li>♦ Delegacias Especializadas</li> </ul>
NOME DO PROJETO	<p><b>Delegacia Especial de Atendimento à Mulher</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>♦ HÁ 6 DEAMs NO ESTADO: CENTRO, CAXIAS, CAMPO GRANDE, NITERÓI, SÃO GONÇALO E NOVA IGUAÇU</li> </ul>
ÁREA DE ABRANGÊNCIA	<ul style="list-style-type: none"> <li>♦ Município do Rio de Janeiro, com exceção dos bairros de Campo Grande, Bangu, Realengo, Santa Cruz.</li> </ul>
DATA DE INÍCIO	<ul style="list-style-type: none"> <li>♦ Junho de 1986</li> </ul>
PÚBLICO-ALVO	<ul style="list-style-type: none"> <li>♦ Mulheres ameaçadas ou vítimas diretas de violência física ou sexual .</li> </ul>
OBJETIVO INICIAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>♦ Criar um espaço policial especializado no atendimento dos casos de violência contra mulheres;</li> <li>♦ tornar mais visível a violência contra mulheres.</li> </ul>
PRESSUPOSTOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>♦ Havia uma demanda por parte da sociedade (particularmente do movimento feminista) para que se criasse um espaço especializado no tratamento desse tipo de violência, que não recebia a devida atenção nas delegacias convencionais.</li> </ul>
“SERVIÇOS OFERECIDOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>♦ Serviços característicos de uma polícia judiciária: recebimento de denúncias, apuração / investigação dos fatos, definição das responsabilidades e encaminhamento da denúncia para o Ministério Público.</li> <li>♦ <b>Obs.:</b> As DEAMs não apuram casos de homicídio</li> </ul>
MODO DE FUNCIONAMENTO	<ul style="list-style-type: none"> <li>♦ A mulher formaliza a queixa de violência através de um Registro de Ocorrência</li> <li>♦ O caso é investigado na delegacia (inquérito policial) / O suspeito/ autor é convocado a prestar esclarecimentos.</li> <li>♦ Uma vez configurada a materialidade, o caso é encaminhado ao Ministério Público.</li> </ul>
OBJETIVOS REDEFINIDOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>♦ Os objetivos não foram redefinidos, mas a entrevistada acredita ser necessário redefinir a noção de violência contra a mulher, sugerindo que o conceito seja ampliado.</li> </ul>

OS OBJETIVOS FORAM ALCANÇADOS ?	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Os objetivos iniciais estão sendo alcançados, a despeito das dificuldades. O número de registros hoje é bem superior ao de alguns anos atrás. As mulheres estão menos silenciosas e se tornaram os principais agentes de divulgação da existência das DEAMs (várias mulheres que recorrem à DEAM foram aconselhadas a fazê-lo por outras vítimas que já haviam sido atendidas).</li> </ul>
AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Não há nenhum tipo de avaliação sistemática e, tampouco, previsões de que venha a ser implementada. A percepção positiva de que os objetivos estão sendo alcançados baseia-se nas experiências e observações diretas da entrevistada. Trata-se sendo, portanto, de uma estimativa informal.</li> </ul>
CUSTO ESTIMADO	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Não conhecido. A informação talvez possa ser obtida na ASPLAN, com Dr. Leba - tel. 690-3070/3071.</li> </ul>
Nº PESSOAS ATENDIDAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ São feitos, em média, 300 registros por mês.</li> <li>◆ Todos eles são investigados e o agressor é sempre convocado a prestar esclarecimentos. Todos os casos são encaminhado ao juiz.</li> </ul>
PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ advogados (delegados), detetives e escrivães (estes têm no mínimo 2º grau completo).</li> </ul>
NÚMERO	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ 30 profissionais (excluindo-se os que se encontram em férias ou estão licenciados).</li> </ul>
FONTES FINANCIADORAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ O projeto é integralmente financiado pelo governo do estado.</li> </ul>
PARCERIAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ CEDIM</li> <li>◆ CEPIA - Cidadania, Ensino, Pesquisa, Informação e Ação. (ONG)</li> </ul>
TERCEIRIZAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Não.</li> </ul>
PRINCIPAIS PROBLEMAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Precariedade das condições materiais</li> <li>◆ Risco de “rotinização” do trabalho, por parte das atendentes (razão pela qual a Delegada da DEAM -Rio procura estabelecer um rodízio de funções)</li> </ul>

# 13

## Abrigo Viva Mulher

### Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

LOCAL	CEMASI <sup>2</sup> (Centro Municipal de Atendimento Social Integrado) <b>RUBENS CORREA</b>
CONTATOS	<b>MERRY DE SOUZA PINTO</b>
TELEFONE/FAX	<b>351-4183 (só telefone)</b>
ENDEREÇO	<b>A localização do abrigo deve ficar sob sigilo</b>

INSTITUIÇÃO / ORGANIZAÇÃO	♦ SMDS - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
SETOR	♦ CEMASI Rubens Correa
NOME DO PROJETO	<b>Abrigo Viva Mulher</b>
ÁREA DE ABRANGÊNCIA	♦ Estado do Rio de Janeiro
DATA DE INÍCIO	♦ Janeiro de 1998
PÚBLICO-ALVO	♦ Mulheres vítimas de violência doméstica, notadamente as mulheres de baixa renda.
OBJETIVO INICIAL	♦ Oferecer apoio e segurança física às mulheres e seus filhos.
SERVIÇOS OFERECIDOS	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Acolhida básica para as mulheres (com ou sem os filhos) em situação de risco.</li> <li>2. Auxílio na aquisição de documentos</li> <li>3. Encaminhamento para atendimento médico</li> <li>4. Apoio para reinserção da vítima no mercado de trabalho.</li> <li>5. Acompanhamento dos processos judiciais.</li> <li>6. Encaminhamentos variados como programa de moradia, escola para as crianças, etc. <ul style="list-style-type: none"> <li>♦ Há grupos temáticos (3 vezes por semana, tendo cada sessão duração de duas horas), nos quais as mulheres têm a oportunidade de discutir sua situação e o contexto da vitimização.</li> <li>♦ Nas atividades de limpeza, as mulheres aprendem, segundo a entrevistada, a manter o espaço limpo e organizado, a dividir responsabilidades e a cumprir ordens.</li> </ul> </li> </ol>
MODO DE FUNCIONAMENTO	<ul style="list-style-type: none"> <li>♦ Busca-se fazer uma seleção das mulheres que ingressam no abrigo através de parcerias com outras entidades de apoio às mulheres vítimas de violência doméstica.</li> <li>♦ No abrigo as mulheres passarão parte do tempo desenvolvendo atividades nos grupos temáticos. Dedicar-se especial atenção ao à limpeza do local que deve ser executada pelas próprias abrigadas. As mulheres passam parte do dia fora do abrigo, quando é necessário solicitar documentos, receber assistência médica, procurar trabalho, etc. . As crianças ficam com os “dinamizadores”, quando da ausência das mães. Há normas para controlar saídas e horários, que costumam</li> </ul>

<sup>2</sup> Os CEMASIs são os núcleos de atuação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social



	<p>ser aceitas sem resistências.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Durante o tempo em que a mulher permanece no abrigo, trabalha-se no sentido de reinseri-la no mercado de trabalho e, se necessário, encaminhá-la ao projeto de apoio à moradia.</li> </ul>
OBJETIVOS ALCANÇADOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Os objetivos iniciais estão sendo alcançados, na medida em que a percentagem de mulheres que retorna para o convívio com o agressor é muito baixa. As mulheres têm deixado o abrigo dispostas a buscar outras alternativas.</li> <li>◆ Alguns objetivos não foram alcançados em função da falta de recursos e de obstáculos institucionais</li> </ul>
AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Tentou-se realizar uma avaliação interna sistemática, baseada na experiência e nas observações das pessoas diretamente envolvidas no cotidiano do abrigo. Porém, a intensidade da rotina e o volume de demandas têm impedido que essa avaliação se realize com a frequência desejada.</li> <li>◆ Não há avaliação externa.</li> </ul>
CUSTO ESTIMADO	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ A Prefeitura cede o espaço físico (que não foi adaptado para funcionar apropriadamente como um abrigo) e a alimentação, além de pagar os salários. Não há um carro a serviço exclusivo do abrigo, o veículo disponível atende a vários outros projetos. A prefeitura libera uma verba mensal de R\$200.00 para manutenção.</li> </ul>
PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Psicólogos</li> <li>◆ Assistente social</li> <li>◆ Educadores</li> <li>◆ Dinamizadores</li> <li>◆ Cozinheiras</li> <li>◆ A colaboração de voluntários é “extra-oficial”</li> </ul>
TRABALHO VOLUNTÁRIO	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Embora necessário e acolhido informalmente pela organização, o trabalho voluntário está legalmente proibido, já que se temem futuras reivindicações trabalhistas.</li> </ul>
NÚMERO	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ 4 psicólogos (sendo 3 em funções de direção), 1 assistente social, 6 educadores, 4 dinamizadores e 3 cozinheiras.</li> </ul>
FONTES FINANCIADORAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ A única fonte de financiamento é o governo municipal.</li> </ul>
PARCERIAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Há parcerias com outras instituições de amparo à mulher (CEOM, DEAM, CEDIM). Estas instituições realizam uma “triagem” ao encaminhar mulheres para o abrigo (um dos pré-requisitos para o ingresso é o registro de ocorrência na delegacia de mulher). Desenvolve-se também parceria com a comunidade local, especialmente com os moradores e igrejas (há campanhas sistemáticas para a doação de roupas e medicamentos).</li> </ul>
TERCEIRIZAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Sim. A maior parte dos funcionários é terceirizada. Apenas 4 são funcionários públicos (as 3 psicólogas da direção e 1 dinamizadora).</li> </ul>
PROBLEMAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Funciona junto com outros programas (sigilo comprometido)</li> <li>◆ Verba reduzida, falta condições materiais e espaço físico impróprio (embora tenha sido possível construir um espaço decente, a despeito das más condições da casa)</li> <li>◆ Ainda não há reconhecimento, por parte dos órgãos competentes, da importância do trabalho e da necessidade de que o abrigo passe a ser um projeto específico (e não um sub-projeto dentro de outros programas).</li> <li>◆ O abrigo recebe demandas de recolhimento não condizentes com os propósitos do programa (atendimento exclusivo à mulheres vítimas de violência).</li> <li>◆ Impossibilidade de utilização de mão de obra voluntária.</li> </ul>

# 14

## “Vem Pra Casa”

### Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

LOCAL	<b>SMDS</b>
SEÇÃO	<b>COORDENADORIA DE PROGRAMAS SOCIAIS (CPS)</b>
CONTATOS	<b>MARILENA RESCALA / ZEZÉ FARIA</b>
TELEFONE/FAX	<b>293-6479 / 503-2380 /2372/2667</b>
ENDEREÇO	<b>PREFEITURA, SALA 529</b>

INSTITUIÇÃO / ORGANIZAÇÃO	♦ SMDS - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
SETOR	♦ CPS - Coordenadoria de Programas Sociais
NOME DO PROJETO	<b>“Vem Pra Casa”</b>
ÁREA DE ABRANGÊNCIA	♦ Município do Rio de Janeiro
DATA DE INÍCIO	♦ 1994
PÚBLICO-ALVO	♦ “Crianças, adolescentes e famílias em situação de rua”
OBJETIVO INICIAL	♦ “O ‘Vem Pra Casa’ é um Sistema de Proteção Especial que oferece alternativas concretas à vida nas ruas, para as crianças e adolescentes em situação de rua . O objetivo é reinserí-los na família, na comunidade, na escola e, no caso dos adolescentes, no mercado de trabalho”
PRESSUPOSTOS	♦ A rua não é local para moradia - o espaço ideal é a família, biológica ou não
“SERVIÇOS “OFERECIDOS	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. <u>Abrigos de família</u> (Ilha do Governador / Santa Cruz / Irajá (mulheres vítimas de violência)<sup>3</sup></li> <li>2. <u>Abrigos para jovens com gravidez precoce</u> (SEMASI Airton Senna - Maracanã)</li> <li>3. <u>Abordagem, abrigo, casa de recolhida e república, para meninos de rua</u></li> </ol>
MODO DE FUNCIONAMENTO	<ul style="list-style-type: none"> <li>♦ <u>Abordagem</u>: “estabelecimento de contato sistemático com crianças, adolescentes e famílias em situação de rua para levantamento de sua história e apresentação de alternativas e possibilidades de deixar as ruas”.</li> <li>♦ Abrigo noturno: “oferecimento de abrigos a crianças e adolescentes que estejam dormindo nas ruas (...) No abrigo são aprofundados os conhecimentos e informações sobre as crianças, os adolescentes e sua história”.</li> <li>♦ <u>Casa dia</u>: “oferta de atividades socioculturais, esportivas, educacionais e de iniciação profissional, durante o dia. As crianças e adolescentes são sensibilizadas para o retorno à convivência familiar</li> </ul>

<sup>3</sup> O abrigo de mulheres está sendo transferido de um programa para outro, na SMDS. Encontra-se, portanto, no momento, em situação indefinida, quando à área de pertencimento.

	<p>e comunitária”.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>◆ <u>Casa de Acolhida</u>: “atendimento em pequenas unidades residenciais de crianças e adolescentes sem família e com laços familiares fragilizados ou rompidos. A Casa de Acolhida encaminha as crianças à escola, aos espaços de profissionalização, além de outras formas de atendimento que se fizerem necessárias. Atua com as famílias no sentido da reinserção familiar (família biológica ou substituta) e busca a construção da autonomia e da independência. Quando sair da Casa de Acolhida a criança/adolescente deverá ter uma alternativa definitiva à vida na rua. Uma das modalidades de Casa de Acolhida é a Residência dos CIEPs - em que uma família se responsabiliza pelo cuidado de um grupo de crianças e adolescentes nas próprias instalações do CIEP”.</li> <li>◆ <u>República</u>: “São pequenas unidades domiciliares para atender ao adolescente sem chances de reinserção familiar. O objetivo é oferecer a possibilidade da construção de sua autonomia e solidificar sua independência para a vida.</li> </ul>
OBJETIVOS ALCANÇADOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Os objetivos iniciais foram alcançados, na medida em que o programa foi, de fato, implementado e muitas crianças e famílias puderam ser atendidas. O número dos atendimentos não é, entretanto, considerado suficiente e sabe-se que boa parte das crianças, adolescentes e famílias recolhidas voltam, sistematicamente, para as ruas. Os objetivos do programa não podem ser avaliados, portanto, através da simples quantificação dos atendimentos, dadas as características da clientela focalizada.</li> </ul>
AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS (sistemática)	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ o trabalho é avaliado interna e externamente. <ul style="list-style-type: none"> <li>◆ A SMDS desenvolve um sistema de supervisão</li> <li>◆ A FGV (Fundação Getúlio Vargas) apresentou proposta de avaliação que está sendo considerada pela SMDS.</li> </ul> </li> </ul>
MÉTODO DE AVALIAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ O trabalho de supervisão dos programas da SMDS representa, em parte, uma avaliação de resultados: cada supervisor é encarregado da vistoria de 10 unidades, que são visitadas duas vezes por semana, cada. Nessas visitas o supervisor preenche uma ficha com informações detalhadas e padronizadas a respeito das condições de funcionamento, relativas à todos os aspectos pertinentes ao trabalho desenvolvido. A cada dois meses o CPS recebe um relatório consolidado, referente à esse trabalho de supervisão.</li> </ul>
Nº / PERIODICIDADE DAS AVALIAÇÕES	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ A avaliação interna é bimensal (do ponto de vista da CPS)</li> <li>◆ Avaliação externa ainda está sendo definida e deverá ser feita pela FGV, segundo critérios estabelecidos em proposta encaminhada à SMDS.</li> </ul>
PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Técnicos: Assistentes Sociais e Psicólogos (todos c/ nível superior)</li> <li>◆ Educadores ( com 2º grau)</li> <li>◆ Cozinheiros, auxiliares de cozinha, pessoal de apoio administrativo, prestadores de serviços gerais (com 1º grau)</li> </ul>
NÚMERO <sup>4</sup>	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ <u>casa de acolhida</u>: 1 coordenador / 2 técnicos / 8 educadores / 2 cozinheiros / 2 auxiliares de cozinha / 1 profissional de apoio administrativo / 1 prestador de serviços gerais.</li> </ul>

<sup>4</sup> O número de profissionais, nesse caso, não se refere ao programa “Vem Pra Casa”, em seu conjunto, mas a algumas das principais unidades que o compõem. Cada unidade da SMDS é chamada CEMASI (Centro Municipal de Atendimento Social Integrado). Nessas unidades funcionam os programas desenvolvidos pela Secretaria, que possui 34 “unidades” e oferece 27 “apoios nutricionais”. As 34 unidades dividem-se em 5 convênios integrais, 15 unidades de atendimento direto ao público e 14 “PAR” (Programa Aluno Residente - em convênio com a SME). Isso significa que a SMDS desenvolve três modalidades de intervenção: em alguns casos ela é proprietária do prédio e mantém os funcionários que operam os programas, o que acontece em 29 unidades. Uma segunda situação é aquela em que a SMDS oferece apenas a alimentação para o programa e, uma terceira possibilidade é o Convênio Integral, segundo o qual a Secretaria mantém todo o programa, inclusive os salários dos trabalhadores, mas as instalações físicas e os funcionários não são da preferência.

	♦ <u>Abrigo</u> : 1 coordenador / 2 técnicos / 10 educadores / 2 cozinheiros / 2 auxiliares de cozinha / 1 profissional de apoio administrativo / 2 prestadores de serviços gerais.
TIPO DE ORGANIZAÇÃO	♦ Governamental
FONTES FINANCIADORAS	♦ Prefeitura
PARCERIAS	♦ Mais de 250 ONGs
TERCEIRIZAÇÃO	♦ Sim
PRINCIPAIS PROBLEMAS	♦ Capacidade de atendimento inferior à necessidade retorno constante, para as ruas, dos meninos e meninas atendidos pelo programa.

# 15

## Programa de Proteção ao Turista

### Polícia Militar

LOCAL	<b>QUARTEL CENTRAL DA PMERJ</b>
SEÇÃO	<b>RIO DE JANEIRO - PM 3</b>
CONTATOS	<b>MAJOR ANTÔNIO CARLOS CARVALHO BRANCO</b>
TELEFONE/FAX	<b>690-2000</b>
ENDEREÇO	<b>Rua Evaristo da Veiga - Centro</b>

INSTITUIÇÃO / ORGANIZAÇÃO	♦ Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
SETOR	♦ A extinta Assessoria Técnica de Assuntos Especiais, que fazia parte da também extinta Secretaria de Estado da Polícia Militar. Essa secretaria era composta pelos seguintes núcleos: I. Núcleo de Segurança e Integração com o Menor; II. Núcleo de Assistência de Trânsito e Turismo; III. Núcleo de Prevenção ao Tráfico de Estupefacientes.
NOME DO PROJETO	<b>Programa de Proteção ao Turista</b>
ÁREA DE ABRANGÊNCIA	♦ Estado do Rio de Janeiro, particularmente na capital.
DATA DE INÍCIO	♦ Abril de 1991
DATA DE ENCERRAMENTO	♦ 1995
MOTIVO ENCERRAMENTO	♦ Opção do novo governo por uma política repressiva, em detrimento do trabalho preventivo. Utilizou-se o argumento de que os programas eram fruto de uma visão elitista e atendiam apenas a uma parcela da população.
PÚBLICO-ALVO	♦ Turistas
OBJETIVO INICIAL	♦ Ampliar a segurança nas áreas de interesse turístico. ♦ “Orientar preventivamente o turista, apoiando os que precisarem de qualquer atendimento policial”; ♦ “Reduzir drasticamente o número de ocorrências policiais envolvendo turistas”; ♦ “Investigar e solucionar com presteza as infrações penais cometidas contra o turista” (PMERJ/COOP - “Diretriz de Planejamento nº001/93)
PRESSUPOSTOS	♦ O turista é vulnerável do ponto de vista pessoal e social; ♦ Necessidade de policiamento específico, nas áreas turísticas, dada a importância do turismo na economia do Rio de Janeiro. ♦ Necessidade de reverter a imagem deteriorada do Rio e a associação à idéia de violência, projetada, interna e externamente, no período em foco.
“SERVIÇOS “OFERECIDOS	♦ SPAT (Sistema de Proteção e Atendimento ao Turista). Policiamento a pé ou em viaturas destinado a proteger o turista e as áreas de turismo

	<p>através de ações como:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>◆ orientação e encaminhamento do turista, quando necessário</li> <li>◆ auxílio ao turista vítima de delito</li> <li>◆ controle e fiscalização dos serviços de transporte (principalmente taxis), etc.</li> </ul> <p>◆ Os policiais eram habilitados em outros idiomas e vestiam camisetas com dizeres em inglês.</p>
MODO DE FUNCIONAMENTO	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Para o desenvolvimento do projeto foi criado o GET (Grupamento Especial de Turismo), ao qual competia: <ul style="list-style-type: none"> <li>◆ “Atuar nas missões específicas de proteção e atendimento ao turista”;</li> <li>◆ Planejar e coordenar a atuação e a instrução dos Núcleos de Atendimento ao Turista (NuAT)...”;</li> <li>◆ “Estabelecer estreita articulação com as Uop (Unidades Operacionais da PM) envolvidas para melhor planejamento do emprego do pessoal vtr alocados no projeto” (PMERJ/COOP - “Diretriz de Planejamento nº001/93)</li> </ul> </li> <li>◆ O projeto supunha: <ul style="list-style-type: none"> <li>◆ “Criação de uma Delegacia Especial de Proteção ao Turista na Zona Sul do Município do Rio de Janeiro, com instalações para a Polícia Civil, Polícia Militar e Defesa Civil;</li> <li>◆ Instalações de Postos de Segurança e Atendimento ao Turista em cabines modulares na orla marítima de Copacabana, Ipanema, Leblon, São Conrado, Centro, Rio Histórico e Parque do Flamengo;</li> <li>◆ Utilização pela PM dos Postos de Salvamento do Salvamar nas Praias de Copacabana, Ipanema e Leblon;</li> <li>◆ Instalação de cadeiras altas e mais barracas da PM nas areias da orla marítima de Copacabana, Ipanema, Leblon e S. Conrado;</li> <li>◆ Implantação do Serviço de Atendimento à Turistas no Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro, em Búzios, Angra dos Reis, Mauá e Petrópolis, com instalações para a PM e para a Polícia Civil;</li> <li>◆ Implantação de 03 (três) Centros de Atendimento ao Turista, funcionando como coordenações locais de operação da Delegacia Especial e dos Batalhões de Polícia Militar em Copacabana, no Jardim de Alah e em São Conrado;</li> <li>◆ Treinamento de recursos humanos necessários da PM no Centro Unificado de Ensino e Pesquisa a ser implantado na UERJ, voltado para o atendimento ao turista com cursos específicos de línguas estrangeiras, noções de História e Geografia, palestras e seminários com representantes da EMBRATUR, TURISTUR E RIOTUR e com representantes das Associações de Hotéis e Agentes de Viagem” (PMERJ/COOP - “Diretriz de Planejamento nº001/93).</li> </ul> </li> </ul>
OBJETIVOS REDEFINIDOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Não</li> </ul>
OBJETIVOS ALCANÇADOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Os objetivos foram parcialmente alcançados (embora o tempo de funcionamento do projeto não tenham permitido uma avaliação mais rigorosa), na medida em que alguns personagens envolvidos, como os profissionais da rede hoteleira, sinalizaram uma melhora geral no cenário.</li> </ul>
AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS (sistemática)	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Houve avaliações informais que indicavam um resultado positivo, uma vez que a segurança teria deixado de ser a principal preocupação dos turistas.</li> </ul>

CUSTO ESTIMADO	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Do ponto de vista operacional, o custo do projeto restringiu-se à mobilização de um efetivo para o atendimento dessa demanda diferenciada, sem reduzir, com isso, o atendimento a outras demandas.</li> <li>◆ Do ponto de vista econômico, não houve custos adicionais.</li> </ul>
PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Policias Militares (e, no plano das parcerias, os profissionais vinculados às instituições enumeradas abaixo).</li> </ul>
NÚMERO	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Cerca de 90 PMs.</li> </ul>
FONTES FINANCIADORAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ PMERJ e seus parceiros.</li> </ul>
PARCERIAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ A operacionalização do projeto requereu a ação conjunta da Polícia Civil (DEAT), Polícia Militar e Defesa Civil, sendo também acionados, quando necessário, outros órgãos como a Polícia Federal, Receita Federal, Embratur, TurisRio, RioTur, Autoridades Consulares com representação diplomática, Associações de Agências de viagem e turismo, Hotéis, Casas de Câmbio, etc. (PMERJ/COOP - “Diretriz de Planejamento nº001/93) <ul style="list-style-type: none"> <li>◆ A RIOTUR ( Secretaria Municipal de Turismo) oferecia cursos de idiomas para habilitar os policiais. A rede hoteleira oferecia apoio informal, fornecendo recursos materiais.</li> </ul> </li> </ul>
TERCEIRIZAÇÃO ?	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Não</li> </ul>
PRINCIPAIS PROBLEMAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Interrupção do projeto</li> </ul>

# 16

## SOS Criança

### Polícia Militar

LOCAL	<b>QUARTEL CENTRAL DA PMERJ</b>
SEÇÃO	<b>RIO DE JANEIRO - PM 3</b>
CONTATOS	<b>MAJOR ANTÔNIO CARLOS CARVALHO BRANCO</b>
TELEFONE/FAX	<b>690-2000</b>
ENDEREÇO	<b>RUA EVARISTO DA VEIGA - CENTRO</b>

INSTITUIÇÃO / ORGANIZAÇÃO	♦ Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
SETOR	♦ A extinta Assessoria Técnica de Assuntos Especiais, que fazia parte da também extinta Secretaria de Estado da Polícia Militar. Essa secretaria era composta pelos seguintes núcleos: I. Núcleo de Segurança e Integração com o Menor; II. Núcleo de Assistência de Trânsito e Turismo; III. Núcleo de Prevenção ao Tráfico de Estupefacientes.
NOME DO PROJETO	<b>SOS CRIANÇA</b> ♦ Integrante do “Programa de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente”
ÁREA DE ABRANGÊNCIA	♦ Estado do Rio de Janeiro, com ênfase na capital.
DATA DE INÍCIO	♦ Abril de 1991
DATA DE ENCERRAMENTO	♦ 1995
MOTIVO ENCERRAMENTO	♦ Opção do novo governo por uma política repressiva, em detrimento do trabalho preventivo. Utilizou-se o argumento de que os programas eram fruto de uma visão elitista e atendiam apenas a uma parcela da população.
PÚBLICO-ALVO	♦ Crianças e adolescentes que viviam nas ruas.
OBJETIVO INICIAL	♦ Prover assistência básica, como alimentação, roupas, cobertores, de forma não impositiva. Buscava-se, com isso, aproximar o público-alvo da instituição para, então, oferecer uma opção alternativa à vida nas ruas.
PRESSUPOSTOS	♦ As ruas como local de moradia e seus habitantes, representam, respectivamente, espaços e populações de risco social e pessoal.
“SERVIÇOS “OFERECIDOS	♦ Prestação de serviços assistenciais (distribuição de agasalhos e alimentos), visando a criação de opções à vida nas ruas.
MODO DE FUNCIONAMENTO	♦ Equipes da PM funcionavam como forças-tarefa voltadas para a abordagem das crianças e adolescentes de rua, durante a noite.
OBJETIVOS REDEFINIDOS	♦ Não houve redefinição dos objetivos



OBJETIVOS ALCANÇADOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ De forma geral, os objetivos não foram alcançados por falta de tempo e pela cultura organizacional da instituição, que resiste à quebra dos paradigmas institucionais.</li> </ul> <p>O número de pessoas atendidas foi pequeno e teria faltado articulação com outros projetos. Não foram feitas, por exemplo, as devidas articulações com as entidades privadas, que poderiam se comprometer com o futuro das crianças e adolescentes beneficiadas pelo projeto. Além disso, o projeto não chegou a mobilizar a sociedade.</p>
AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS (sistemática)	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Não foi realizada</li> </ul>
PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Cada grupo de trabalho era composto por 9 policiais que saíam pela cidade à noite.</li> </ul>
TIPO DE ORGANIZAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ ORGANIZAÇÃO GOVERNAMENTAL</li> </ul>
FONTES FINANCIADORAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ O próprio governo</li> </ul>
PARCERIAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Não houve.</li> </ul>
TERCEIRIZAÇÃO ?	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Não houve.</li> </ul>
PRINCIPAIS PROBLEMAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Falta de articulação com entidades privadas</li> <li>◆ Parcerias comprometidas</li> <li>◆ Interrupção do trabalho</li> </ul>

# 17

## Policiamento Comunitário de Quarteirão

### Polícia Militar

LOCAL	<b>QUARTEL CENTRAL DA PMERJ</b>
SEÇÃO	<b>RIO DE JANEIRO - PM 3</b>
CONTATOS	<b>MAJOR ANTÔNIO CARLOS CARBALLO BRANCO</b>
TELEFONE/FAX	<b>690-2000</b>
ENDEREÇO	<b>RUA EVARISTO DA VEIGA - CENTRO</b>

INSTITUIÇÃO / ORGANIZAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>♦ Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro</li> </ul>
SETOR	<ul style="list-style-type: none"> <li>♦ A extinta Assessoria Técnica de Assuntos Especiais, que fazia parte da também extinta Secretaria de Estado da Polícia Militar. Essa secretaria era composta pelos seguintes núcleos:             <ol style="list-style-type: none"> <li>I. Núcleo de Segurança e Integração com o Menor;</li> <li>II. Núcleo de Assistência de Trânsito e Turismo;</li> </ol>             Núcleo de Prevenção ao Tráfico de Estupefacientes.           </li> </ul>
NOME DO PROJETO	<p><b>Policiamento Comunitário de Quarteirão</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>♦ Integrante do “Programa de Proteção ao Cidadão”</li> </ul>
ÁREA DE ABRANGÊNCIA	<ul style="list-style-type: none"> <li>♦ Estado do Rio de Janeiro - as experiências-piloto foram realizadas em alguns bairros da cidade do Rio. A experiência mais importante foi realizada em Copacabana.</li> </ul>
DATA DE INÍCIO	<ul style="list-style-type: none"> <li>♦ Abril de 1991</li> </ul>
DATA DE ENCERRAMENTO	<ul style="list-style-type: none"> <li>♦ 1995</li> </ul>
MOTIVO ENCERRAMENTO	<ul style="list-style-type: none"> <li>♦ Opção do novo governo por uma política repressiva, em detrimento do trabalho preventivo. Utilizou-se o argumento de que os programas eram fruto de uma visão elitista e atendiam apenas a uma parcela da população.</li> </ul>
PÚBLICO-ALVO	<ul style="list-style-type: none"> <li>♦ População residente e usuária, dos bairros beneficiados pelo programa.</li> </ul>
OBJETIVO INICIAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>♦ Enfatizar a prevenção. Integrar a população às experiências de vida da comunidade a que ela pertence; reduzir a criminalidade; envolver a comunidade na resolução dos problemas.</li> <li>♦ “Sensibilizar e estimular a participação das comunidades no planejamento da sua própria segurança e bem-estar, reduzindo a sensação de insegurança.</li> <li>♦ Contribuir para a organização e o fortalecimento das comunidades.</li> <li>♦ Suscitar o engajamento dos outros serviços públicos e de instituições comunitárias de apoio na solução de problemas que estejam afetando a qualidade de vida dos moradores dos quarteirões.</li> <li>♦ Aumentar a eficácia do serviço policial, racionalizando o emprego dos recursos humanos e materiais da Polícia Militar nos bairros beneficiados por este policiamento” (folheto informativo: “Policiamento Comunitário de Quarteirão”, Secr. De Estado da PM, ATAE, NUPEP).</li> </ul>

## PRESSUPOSTOS

- ◆ A redução da criminalidade e a eficácia das soluções para os problemas locais, que interferem na qualidade de vida, dependem de um trabalho preventivo, que inclua a participação da comunidade e integre os órgãos governamentais e instituições comunitárias.
- ◆ “...É imprescindível a participação da comunidade na gestão da segurança pública;
- ◆ “...a instituição policial encarregada da polícia ostensiva deve adotar práticas de administração participativa junto à comunidade por ela atendida, próprias de um serviço democrático;
- ◆ “...um indispensável e imediato benefício dessa integração consiste em possibilitar que a Corporação Policial Militar consiga detectar, com maior precisão, fatores determinantes da intranquilidade, apontados pelos próprios cidadãos;
- ◆ “...concretamente, o tratamento técnico desses fatores viabiliza o aprimoramento dos níveis de segurança percebidos pela população;
- ◆ “... esse tratamento técnico, desenvolvido através do policiamento ostensivo, representa também um mais adequado direcionamento dos esforços da Corporação no cumprimento de sua missão constitucional”. (PMERJ, “Projeto Policiamento do Bairro - Publicação de Instruções” - 2º parte, Agosto de 1991).

## “SERVIÇOS “OFERECIDOS

- ◆ Presença permanente e interativa do policial na comunidade. Os moradores passam a conhecê-lo e a identificá-lo e tornam-se fontes de informações sobre os problemas do bairro, melhorando, com isso, sua percepção e participação na gestão da ordem pública.

## MODO DE FUNCIONAMENTO

- ◆ Cada Policial Comunitário é responsável por um grupo de quarteirões contíguos.
- ◆ Eles atuam a pé, em dupla ou individualmente (dependendo da disponibilidade de efetivo), identificando-se aos moradores e participando ativamente da vida do bairro.
- ◆ “Enquanto realiza o patrulhamento, pratica uma abordagem consultiva junto aos moradores e segmentos sociais locais (Associações de Moradores, Escolas, Igrejas, Clubes Recreativos, etc.) levantando os problemas e preocupações que deterioram a qualidade de vida daquela população no campo da segurança pública”.
- ◆ “A par desses dados, busca soluções através de um trabalho com a própria comunidade, a administração pública da área (Administrador Regional, CEDAE, COMLURB, Rio-Luz, CET-Rio, etc.) e instituições comunitárias de apoio (ONG’s que tratam das questões da criança e do adolescente, das drogas, NA, AA, Rotary, Lions, etc.) (folheto informativo: “Policiamento Comunitário de Quarteirão”, Secr. De Estado da PM, ATAE, NUPEP).
- ◆ Foram formados Conselhos Comunitários formados por representantes dos diversos setores da população do bairro, para discutir os problemas específicos, encaminhar propostas, etc.
- ◆ Em Copacabana foram implantadas várias urnas, nas quais os moradores depositavam, anonimamente, por escrito, suas queixas, demandas, observações, etc.
- ◆ O policial passa a atuar como um mediador de conflitos, serve de elo entre a população e o poder público e funciona como um facilitador de soluções.
- ◆ Ao mesmo tempo em que a comunidade é convidada a participar, ela também é educada para o exercício da cidadania, gerando-se, com isso, padrões de ordem adequados à convivência democrática

## OBJETIVOS REDEFINIDOS

- ◆ Não houve tempo para redimensionar os objetivos.

OBJETIVOS ALCANÇADOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Os objetivos não puderam ser cumpridos. Uma das razões foi o tempo insuficiente. A outra relaciona-se ao isolamento do policial devido à resistência de outros órgãos públicos em relação à sua figura ( o que diminui suas possibilidades de atender às demandas da sociedade), e ao fato de que nem sempre a comunidade o apóia. O problema é que não se estudou como e se a comunidade queria participar e outros órgãos públicos não foram convidados a integrar o projeto. A comunidade só participa se pode opinar e ver que os conflitos estão sendo resolvidos. Era preciso formar cidadãos capazes de participar do programa, cidadãos que conhecessem os limites legais da polícia e reformulassem suas demandas., compreendendo que a polícia, sem o apoio de outros órgãos públicos, não poderia implantar melhorias na qualidade de vida, evitando o descrédito da instituição e do programa. O próprio policial também precisava ver os resultados de seu trabalho para não se desestimular, mas a falta de suporte de outras instituições influiu de maneira desfavorável.</li> </ul>
AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS (sistemática)	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Avaliação externa e monitoramento feitos pelo ISER.</li> </ul>
MÉTODO DE AVALIAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Pesquisa qualitativa e quantitativa. A pesquisa qualitativa envolveu análise do patrulhamento, dos Conselhos Comunitários e dos bilhetes depositados nas urnas.</li> </ul>
Nº / PERIODICIDADE DAS AVALIAÇÕES	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ A avaliação qualitativa, realizada pela equipe do ISER, foi concebida como parte do próprio projeto e se deu a partir de sua montagem, envolvendo acompanhamento permanente das atividades.</li> </ul>
TIPO DE ORGANIZAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ ORGANIZAÇÃO GOVERNAMENTAL</li> </ul>
PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Policiais militares, voluntários, selecionados e especialmente preparados para atuar no programa.</li> </ul>
FONTES FINANCIADORAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ PMERJ</li> </ul>
PARCERIAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ ISER</li> <li>◆ COMUNIDADE RESIDENTE/USUÁRIA</li> </ul>
TERCEIRIZAÇÃO ?	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Não</li> </ul>
PRINCIPAIS PROBLEMAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Interrupção do programa</li> <li>◆ Resistências Institucionais e da própria comunidade</li> <li>◆ Falta de preparo específico dos cidadãos para atuar nesse tipo de projeto</li> <li>◆ Falta de suporte institucional</li> </ul>

# 18

## PROERD/Programa Educacional de Resistência às Drogas

### Polícia Militar

LOCAL	<b>QUARTEL CENTRAL DA PMERJ</b>
SEÇÃO	<b>RIO DE JANEIRO - PM 3</b>
CONTATOS	<b>MAJOR ANTÔNIO CARLOS CARVALHO BRANCO</b>
TELEFONE/FAX	<b>960-2000</b>
ENDEREÇO	<b>RUA EVARISTO DA VEIGA - CENTRO</b>

INSTITUIÇÃO / ORGANIZAÇÃO	♦ Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
SETOR	♦ A extinta Assessoria Técnica de Assuntos Especiais, que fazia parte da também extinta Secretaria de Estado da Polícia Militar. Essa secretaria era composta pelos seguintes núcleos: I. Núcleo de Segurança e Integração com o Menor; II. Núcleo de Assistência de Trânsito e Turismo; III. Núcleo de Prevenção ao Tráfico de Estupefacientes.
NOME DO PROJETO	<b>PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas)</b> ♦ Integrante do Programa de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente”
ÁREA DE ABRANGÊNCIA	♦ Estado do Rio de Janeiro
DATA DE INÍCIO	♦ Abril de 1991
DATA DE ENCERRAMENTO	♦ 1995
MOTIVO ENCERRAMENTO	♦ Opção do novo governo por uma política repressiva, em detrimento do trabalho preventivo. Utilizou-se o argumento de que os programas eram fruto de uma visão elitista e atendiam apenas a uma parcela da população.
PÚBLICO-ALVO	♦ Crianças de 9 e 11 anos inseridas na rede pública escolar.
OBJETIVO INICIAL	♦ Prevenir o uso indevido de drogas entre os jovens. Ensinar as crianças a resistir às drogas.
PRESSUPOSTOS	♦ “A prevenção, na realidade, é uma atribuição da Polícia Militar, que necessita da indispensável parceria da comunidade. Só assim conseguiremos manter nossas crianças longe das drogas” (folheto “Nossas crianças longe das drogas” (Secretaria de Estado da PM, ATAE e NUPID)
“SERVIÇOS “OFERECIDOS	♦ Aulas e dinâmicas desenvolvidas por policiais credenciados pelo programa, nas quais as crianças aprendiam a dizer não às drogas e recebiam informações sobre drogas lícitas e ilícitas. ♦ “As aulas ajudam as crianças a reforçar sua auto-estima, lidar com o

	<p>estresse, prever conseqüências, resistir às mensagens pró-drogas da mídia, identificar alternativas ao uso de drogas e resistir à pressão dos grupos” (Secretaria de Estado da PM, ATAE e NUPID)</p>
MODO DE FUNCIONAMENTO	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Durante 17 aulas, proferidas ao longo de um semestre letivo, os policiais desenvolviam o conteúdo do programa, com o auxílio de uma cartilha. Ao fim do programa os alunos participantes recebiam um diploma, durante uma solenidade de encerramento. Ao longo do trabalho, os policiais também se reuniam com os pais e os professores das escolas.</li> </ul>
OBJETIVOS REDEFINIDOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Os objetivos não foram redefinidos, mas havia um objetivo secundário, no PROERD, que era aproximar o policial da população.</li> </ul>
OBJETIVOS ALCANÇADOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ O PROERD trabalhou com um público definido, atingindo mais de 65000 alunos em 42 municípios). Os policiais foram, de fato, preparados, durante 80 horas, por uma equipe de sete policiais de Los Angeles e San Diego, responsável pelo D.A.R.E. (Drug Abuse Resistance Education), no qual o PROERD se inspirou diretamente.</li> </ul>
NÚMERO DE ATENDIDOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Mais de 65.000 alunos em 42 municípios do estado.</li> </ul>
AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS (sistemática)	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ O PROERD foi avaliado pelo PRODEMAN - Programa Interuniversitário de Pesquisa e Demandas Sociais, da UERJ, que concluiu em seu relatório:</li> <li>◆ “Os resultados obtidos através das duas pesquisas realizadas constituem-se como indicadores precisos da eficácia do PROERD nos seus propósitos de prevenção primária. De fato, em todas as dimensões segundo as quais o programa foi analisado, o PROERD revelou-se como capaz de atuar positivamente no sentido de desestimular experiências com drogas por parte dos não iniciados. Paralelamente, o Programa demonstrou notável potencial em concorrer para a construção e/ou consolidação de uma imagem institucional favorável da Polícia, tanto entre os alunos quanto entre diretores e professores” (relatório resumido de avaliação do PROERD).</li> </ul>
MÉTODO DE AVALIAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Foram realizadas duas pesquisas: <ul style="list-style-type: none"> <li>◆ A primeira, com duração de 3 meses, procurou avaliar o impacto do PROERD junto aos alunos das escolas que abrigaram o programa. Testou-se o confronto das atitudes desenvolvidas em relação às drogas por alunos expostos e alunos não expostos ao programa (grupos de controle). Participaram 369 alunos pertencentes ao grupo experimental e 297 pertencentes ao grupo de controle.</li> <li>◆ A segunda pesquisa consistiu em levantamento, através de questionários, das impressões sobre a eficácia do PROERD, por parte de professores e diretores das escolas expostas ao programa. (244 questionários enviados e 173 respondidos, por correio).</li> </ul> </li> </ul>
Nº / PERIODICIDADE DAS AVALIAÇÕES	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Foi realizado apenas um processo de avaliação. (note-se que a avaliação da UERJ refere-se ao impacto do aprendizado e não ao efeito concreto do trabalho de prevenção, já que a checagem da efetividade do PROERD envolveria um trabalho de acompanhamento, ao longo dos anos, dos alunos submetidos ao projeto).</li> </ul>
PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Policiais militares.</li> </ul>
NÚMERO	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ O PROERD formou cerca de 60 policiais militares.</li> </ul>

FONTES FINANCIADORAS	♦ PMERJ
PARCERIAS	♦ Secretarias de Educação (municipal e estadual) e parceria internacional, com as polícias de Los Angeles e San Diego, responsáveis pelo credenciamento dos policiais fluminenses.
TERCEIRIZAÇÃO ?	♦ Não houve.
PRINCIPAIS PROBLEMAS	♦ Interrupção do trabalho

# 19

## Projeto Integrativo Salas-Oficinas

### Polícia Militar

LOCAL	<b>QUARTEL CENTRAL DA PMERJ</b>
SEÇÃO	<b>RIO DE JANEIRO - PM 3</b>
CONTATOS	<b>MAJOR ANTÔNIO CARLOS CARBALLO BRANCO</b>
TELEFONE/FAX	<b>690-2000</b>
ENDEREÇO	<b>RUA EVARISTO DA VEIGA - CENTRO</b>

INSTITUIÇÃO / ORGANIZAÇÃO	♦ Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
SETOR	♦ A extinta Assessoria Técnica de Assuntos Especiais, que fazia parte da também extinta Secretaria de Estado da Polícia Militar. Essa secretaria era composta pelos seguintes núcleos: I. Núcleo de Segurança e Integração com o Menor; II. Núcleo de Assistência de Trânsito e Turismo; III. Núcleo de Prevenção ao Tráfico de Estupefacientes.
NOME DO PROJETO	<b>Projeto Integrativo Salas-Oficinas</b> ♦ integrante o “Programa de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente” PMERJ
ÁREA DE ABRANGÊNCIA	♦ Estado do Rio de Janeiro, com ênfase na capital.
DATA DE INÍCIO	♦ Abril de 1991
DATA DE ENCERRAMENTO	♦ 1995
MOTIVO ENCERRAMENTO	♦ Opção do novo governo por uma política repressiva, em detrimento do trabalho preventivo. Utilizou-se o argumento de que os programas eram fruto de uma visão elitista e atendiam apenas a uma parcela da população.
PÚBLICO-ALVO	♦ Crianças e adolescentes pobres, entre 13 e 17 anos (embora o projeto fosse aberto a outras crianças que desejassem participar).
OBJETIVO INICIAL	♦ Capacitação das crianças para o exercício profissional - opção ao tráfico de drogas; ♦ Socialização através de processos de grupo; ♦ A prevenção da delinquência juvenil; ♦ A integração Polícia Militar e crianças e adolescentes.
PRESSUPOSTOS	♦ A existência de espaços e populações de risco social e pessoal.
“SERVIÇOS “OFERECIDOS	♦ Ensino profissionalizante nas seguintes áreas: Mecânica de Auto, Reparo de Eletrodomésticos, Instalações Elétricas.
MODO DE FUNCIONAMENTO	♦ O curso é desenvolvido nas instalações dos quartéis e tem a duração de 3 meses.



	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Os adolescentes são "... captados e selecionados em núcleos comunitários na área Operacional do Batalhão da Polícia. (Programa de Proteção à Criança e ao Adolescente - Folheto informativo da Secretaria de Estado da Polícia Militar)</li> </ul>
OBJETIVOS REDEFINIDOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Não houve mudança de objetivos</li> </ul>
OBJETIVOS ALCANÇADOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ De forma geral, os objetivos não foram alcançados por falta de tempo e pela cultura organizacional da instituição, que resiste à quebra dos paradigmas institucionais.</li> <li>◆ O número de pessoas atendidas foi pequeno e teria faltado articulação com outros projetos. O adolescente foi capacitado, mas não chegou a ser encaminhado ao mercado de trabalho.</li> </ul>
AValiação DOS RESULTADOS (sistemática)	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Não</li> </ul>
Nº PESSOAS ATENDIDAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ 10 a 20 crianças por turma</li> </ul>
PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ PMs e profissionais de ONGs.</li> <li>◆ Professor civil e policiais militares</li> </ul>
NÚMERO	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ 1 professor civil por turma (10 a 20 alunos) contratado para dar aulas técnicas; o PM atuava como monitor ou como educador; 3 policiais recrutavam os alunos; havia 1 oficial e cerca de 6 PMs na administração.</li> </ul>
TIPO DE ORGANIZAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Organização Governamental</li> </ul>
FONTES FINANCIADORAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ A própria PMERJ</li> </ul>
PARCERIAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Rotary Clube - que fornecia equipamentos para aulas práticas e contratava o professor civil.</li> <li>◆ Fundação São Martinho.</li> </ul>
TERCEIRIZAÇÃO ?	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Não</li> </ul>
PRINCIPAIS PROBLEMAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Falta de articulação com entidades privadas</li> <li>◆ Parcerias comprometidas</li> <li>◆ Interrupção do trabalho</li> </ul>

## 20

# Policiamento de Ônibus

## Polícia Militar

LOCAL	<b>QUARTEL CENTRAL DA PMERJ</b>
SEÇÃO	<b>RIO DE JANEIRO - PM 3</b>
CONTATOS	<b>MAJOR ANTÔNIO CARLOS CARBALLO BRANCO</b>
TELEFONE/FAX	<b>690-2000</b>
ENDEREÇO	<b>RUA EVARISTO DA VEIGA - CENTRO</b>

INSTITUIÇÃO / ORGANIZAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>♦ Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro</li> </ul>
SETOR	<ul style="list-style-type: none"> <li>♦ A extinta Assessoria Técnica de Assuntos Especiais, que fazia parte da também extinta Secretaria de Estado da Polícia Militar. Essa secretaria era composta pelos seguintes núcleos:             <ol style="list-style-type: none"> <li>I. Núcleo de Segurança e Integração com o Menor;</li> <li>II. Núcleo de Assistência de Trânsito e Turismo;</li> <li>III. Núcleo de Prevenção ao Tráfico de Estupefacientes.</li> </ol> </li> </ul>
NOME DO PROJETO	<p><b>Policiamento de Ônibus</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>♦ Integrante do “Programa Preventivo de Proteção ao Cidadão”</li> </ul>
ÁREA DE ABRANGÊNCIA	<ul style="list-style-type: none"> <li>♦ Experimentado na cidade do Rio de Janeiro</li> </ul>
DATA DE INÍCIO	<ul style="list-style-type: none"> <li>♦ Abril de 1991</li> </ul>
DATA DE ENCERRAMENTO	<ul style="list-style-type: none"> <li>♦ 1995</li> </ul>
MOTIVO ENCERRAMENTO	<ul style="list-style-type: none"> <li>♦ Opção do novo governo por uma política repressiva, em detrimento do trabalho preventivo. Utilizou-se o argumento de que os programas eram fruto de uma visão elitista e atendiam apenas a uma parcela da população.</li> </ul>
PÚBLICO-ALVO	<ul style="list-style-type: none"> <li>♦ Usuários dos ônibus urbanos.</li> </ul>
OBJETIVO INICIAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>♦ “Desestimular a prática do roubo em ônibus urbanos promovendo bem estar e sensação de segurança nos usuários, com o emprego de técnicas que imponham o mínimo de interferência às suas atividades cotidianas” (Ajudância Geral da PMERJ - Aditamento ao Boletim da Polícia Militar, nº 211)</li> </ul>
PRESSUPOSTOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>♦ “Estatísticas demonstram que aumenta a incidência dessa modalidade criminosa, principalmente nas linhas de ônibus que tangenciam as proximidades de morros e favelas. Para o(s) criminoso(s), a possibilidade de êxito é grande em razão ao do fator surpresa, área livre da ação policial, vítimas com pouca capacidade de reação e dificuldade, por parte da polícia, de planejar ações preventivas/repressivas eficazes face as inúmeras linhas em atividade, bem como, locais e horários de risco propícios à ação criminosa” (idem)</li> <li>♦ A ação do policiamento transportado se baseia em alguns dos seguintes</li> </ul>

fatores favoráveis:

- “Fator surpresa (“a dinâmica do planejamento elimina a previsibilidade da ação criminosa constituindo-se em risco latente para os pretensos assaltantes
- Fator inibidor (ação da presença restringe as oportunidades da prática criminosa)
- Racionalização do Efetivo (a mobilidade do policiamento aumenta o alcance da ação preventiva sem aumento do efetivo)

## SERVIÇOS OFERECIDOS

- ♦ Policiamento ostensivo nos ônibus (Policiamento Transportado em Ônibus Urbanos)

## MODO DE FUNCIONAMENTO

- ♦ Um grupo de 3 a 4 policiais fardados entram e saíam dos ônibus aleatoriamente, percorrendo determinados trechos (essa atuação partiu de um diagnóstico das linhas de ônibus mais assaltadas e dos trechos mais perigosos). Foram previstas as seguintes condições:
- ♦ Os pontos de embarque - desembarque deveriam distar, entre si, cerca de 2,5 a 3 Km (coincidindo com os pontos) e considerou-se os horários e locais de maior incidência criminal.
- ♦ São as seguintes as técnicas de abordagens previstas no programa:
  - a) Abordagem de Ônibus sem Passarela de Segurança (curral) e com 1 roleta
    - “Ao selecionar o ônibus para abordagem, o Cmt. da guarnição solicitará ao motorista a abertura das portas dianteira e traseira. A abordagem inicial será sempre pela porta traseira, deixando-se a porta dianteira como ponto de fuga (ilusória) para possíveis criminosos, evitando dessa forma, o confronto interno de conseqüências imprevisíveis, tanto para os PMs como para os usuários.
    - O Cmt. determinará ainda, antes de embarcar no coletivo, que um dos PMs da guarnição permaneça estrategicamente posicionado, em local que lhe permita observar o movimento no setor dianteiro do veículo (da roleta para frente), especialmente as pessoas que desembarcarem (...).
    - Simultaneamente, seguido do outro PM, embarcará pela porta traseira e, daquele setor, procederá rápido reconhecimento do ambiente interno (pessoas, objetivo, atitudes, etc.) a fim de avaliar as condições de execução do serviço (...)
    - Esse procedimento preliminar deverá ser executado com a máxima brevidade, exigindo dos PMs bastante profissionalismo, tanto em vista que a retenção do veículo por tempo demasiado interfere no cotidiano das pessoas usuárias, contrariando o objetivo do programa aqui preconizado.
    - Não sendo observada qualquer anormalidade emergente, o Cmt. determinará o embarque do PM postado do lado de fora (também pela porta traseira) e o deslocamento do coletivo (...) caso possíveis criminosos, indecisos diante da súbita abordagem policial não desembarquem do ônibus de imediato, poderão fazê-lo na próxima parada para passageiros, minimizando-se, ainda mais, a margem de risco de um confronto interno, em prol da segurança dos usuários.
    - A essência do programa é preventiva, contudo a ação policial poderá desenvolver-se fora do coletivo, observados os princípios da oportunidade e segurança.
    - A guarnição viajará no setor traseiro do ônibus observando atentamente os passageiros, com o objetivo de identificar possíveis elementos de suspeição procedendo às necessárias verificações.
    - Encerradas as verificações no setor traseiro e não havendo alteração, na próxima parada para passageiros um dos PMs permanecerá naquele local enquanto o Cmt e outro PM desembarcarão pela porta traseira, adentrando novamente o coletivo pela porta dianteira, a fim de verificar os passageiros acomodados

naquela parte, continuando o veículo no seu itinerário normal.

- A seguir, o PM realizará abordagem, identificação e revista nos passageiros, no sentido da roleta para a frente do ônibus, onde o Cmt. estará posicionado, ocasião em que transmitirá ao mesmos, a seguinte mensagem:
  - Bom dia (tarde/noite)
  - Sou o (Graduação/Nome/Uop)
  - Estamos aqui para garantir a tranquilidade dos senhores
  - Queiram, por favor, colocar as mãos sobre o encosto do banco da frente, ou balaústre do teto (caso haja passageiros de pé)
  - Em seguida falará aos passageiros sobre o objetivo da ação que se realiza.
- Concluída a verificação dos passageiros, no ponto estabelecido o Cmt. agradecerá a colaboração e, em seguida, toda a guarnição desembarcará, dando seqüência à programação”  
(Ajudância Geral da PMERJ - Aditamento ao Boletim da Polícia Militar, nº 211)

b) Abordagem de Ônibus com Passarela de Segurança (curral) e com 2 roletas.

- Os procedimentos são semelhantes aos da situação anterior com as seguintes diferenças:
  - O ponto de fuga, nesse caso é a porta traseira e a abordagem se faz a partir da porta dianteira.
  - Caso haja suspeitas sobre pessoa(s) postadas na parte traseira, o Cmt. demanda que o PM entre pela porta traseira, passe a roleta e realize as verificações necessárias, já com o veículo em andamento.
- ♦ Para cada abordagem é feito um registro na Papeleta de Serviço.
- ♦ A abordagem deve ser feita de forma cuidadosa, com as devidas identificações, evitando constrangimentos, intimidações e a infusão, nos usuários, de sentimentos discriminatórios.
- ♦ A abordagem deve explorar as vantagens técnicas do PM e evitar, ao máximo, os riscos para os policiais e usuários.
- ♦ Na revista pessoal deverá, sempre que possível, ser empregado o detector de metais.
- ♦ Os ônibus escolhidos devem ter poucos passageiros, para propiciar maior mobilidade e segurança<sup>5</sup>
- ♦ A atuação do policiamento transportado é diária (fora dos horários de rush), nos períodos de 09:00 às 13:00 hs; de 13:00 às 17:00 hs e 20:00 às 02:00 hs.

OBJETIVOS REDEFINIDOS

- ♦ Não foram redefinidos os objetivos

OBJETIVOS ALCANÇADOS

- ♦ Os objetivos foram alcançados, na medida em que o tempo de aplicação do projeto foi suficiente para reduzir os assaltos nos ônibus e para que essa redução fosse percebida.

AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

- ♦ Dados da FETRANSPOR -

<sup>5</sup> OS CRITÉRIOS DE SUSPEIÇÃO REFEREM-SE AOS PASSAGEIROS: Sentados nos primeiros ou último bancos; demonstrarem nervosismo quando da entrada dos PMs; não encararem de frente o PM; hesitarem em colocar as mãos sobre o encosto do banco da frente e/ou manter os braços cruzados e/ou entre as pernas; tentarem esconder embrulhos, bolsas ou outros volumes; ficarem olhando constantemente para fora da janela ou esconderem o rosto; sentarem ou levantarem bruscamente, sem motivo; dormindo ou possivelmente dormindo; com aparência de estarem drogados ou terem feito uso de tóxicos; elementos que se destaquem, positiva ou negativamente dos demais; vendedores de sorvete e semelhantes (caixa de isopor e/ou bolsas de supermercados); grupos de pessoas desarmados, que estando juntas possam constituir ameaças para os demais passageiros; e pessoas em grupos trajando uniformes de equipe esportiva sem serem estudantes.

(sistemática)

MÉTODO DE AVALIAÇÃO	♦ Análise dos relatórios sobre roubos em ônibus urbanos emitidos pela FETRANSPOR
CUSTO ESTIMADO	♦ O projeto não implica custos adicionais
PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS	♦ Policiais Militares : cabos e soldados
NÚMERO	♦ A guarnição deve contar, no mínimo, com um cabo e dois soldados
FONTES FINANCIADORAS	♦ PMERJ
PARCERIAS	♦ FETRANSPOR (Federação das Empresas de Transportes Rodoviários). Trata-se de articulação visando o intercâmbio de informações.
TERCEIRIZAÇÃO ?	♦ Não houve
PRINCIPAIS PROBLEMAS	♦ Interrupção do projeto

# 21

## AJIR/Ação Jurídica Insurgente de Combate ao Racismo

### Centro de Articulação de Populações Marginalizadas

PROGRAMA	<b>AJIR</b>
LOCAL	<b>CEAP</b> (Centro de Articulação de Populações Marginalizadas)
SEÇÃO	projeto <b>AJIR</b> - Ação Jurídica Insurgente de combate ao Racismo
CONTATOS	<b>GUSTAVO PROENÇA</b> - (ADVOGADO)
TELEFONE/FAX	<b>509-4413 / 509-6771</b>
ENDEREÇO	<b>RUA DA LAPA, nº 200</b>
E-MAIL	<a href="mailto:ceap@ax.apc.org.br">ceap@ax.apc.org.br</a>

INSTITUIÇÃO / ORGANIZAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ CEAP (Centro de Articulação de Populações Marginalizadas). O CEAP é uma ONG sem fins lucrativos.</li> </ul>
NOME DO PROJETO	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ <b>AJIR (Ação Jurídica Insurgente de Combate ao Racismo)</b></li> </ul>
ÁREA DE ABRANGÊNCIA	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Grande Rio: Atendimento à população. Ao nível nacional o programa atua no plano político e realiza debates na área jurídica.</li> </ul>
DATA DE INÍCIO	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Meados de 1996</li> </ul>
PÚBLICO-ALVO	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ <b>Vítimas de discriminação racial</b> ( basicamente negros, segundo a concepção de afro-descendência). Parcela significativa das pessoas atendidas provêm da classe média. A maioria dos casos diz respeito à injúria, mas alguns envolvem violência física.</li> </ul>
OBJETIVO INICIAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Prestar atendimento jurídico-social às vítimas de discriminação racial;</li> <li>◆ Provocar o Judiciário em relação à questão do racismo;</li> <li>◆ Sensibilizar os operadores de Direito por meio de palestras;</li> <li>◆ Fornecer assessoria parlamentar no que diz respeito ao tema da discriminação racial.</li> </ul>
“SERVIÇOS “OFERECIDOS	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Atendimento jurídico</li> <li>2. Realização de palestras para operadores de Direito</li> <li>3. Assessoria parlamentar</li> <li>4. Cursos de capacitação de agentes civis</li> </ol>
MODO DE FUNCIONAMENTO	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Através de um telefone- SOS são recebidas as denúncias de discriminação racial Um dia por semana (quarta-feira) há um plantão, durante o qual o(a)s denunciante(s) são entrevistado(a)s pessoalmente</li> <li>◆ As pessoas que procuram a instituição, expõem seu caso e preenchem uma ficha. O caso, depois de analisado é transformado em processo pelos advogados do programa.</li> <li>◆ Se puderem, pessoas atendidas pagarão as custas do processo. Caso contrário, pede-se gratuidade.</li> <li>◆ Quando há provas evidentes de discriminação, procura-se divulgar o caso através da mídia.</li> <li>◆ Quando a discriminação parte de uma empresa (como no caso SONY /</li> </ul>

	Tiririca, por exemplo), realizam-se manifestações públicas, paralelamente às ações jurídicas.
OBJETIVOS REDEFINIDOS	♦ Os objetivos foram redimensionados e passou-se a conferir maior ênfase às ações cíveis, pois os resultados das ações criminais foram desapontadores.
OS OBJETIVOS FORAM ALCANÇADOS ?	♦ Sim, em parte: o debate sobre as relações raciais foi trazido à tona, (independentemente das datas comemorativas), proporcionando maior visibilidade ao tema e sensibilizando os operadores de Direito para o problema do racismo. Contudo, ainda é difícil transformar as denúncias em processo, seja por falta de testemunhas, seja por falta de provas. O Judiciário evita enfrentara a questão, esquivando-se através de firulas jurídicas, com o objetivo de desqualificar os processos.
AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS (sistemática)	♦ Avaliação interna, realizada de forma não sistemática - espera-se fazer uma grande avaliação do projeto no fim do ano de 1998, mas ainda não foram estabelecidos os parâmetros que lhe servirão de base. Não há avaliação externa.
CUSTO ESTIMADO	Cerca de R\$ 250.000,00 para todo o projeto (programa de comunicação; curso de capacitação de agentes civis; reuniões nacionais com operadores de Direito; pesquisa <sup>6</sup> e publicação).
Nº PESSOAS ATENDIDAS	♦ Cerca de 60 casos de discriminação desde o início de programa, além de algumas ações coletivas.
PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS	♦ 4 advogados, sendo um deles o coordenador do programa, e 1 secretária.
NÚMERO	♦ Há um total de 5 profissionais.
TRABALHO VOLUNTÁRIO?	♦ NÃO
FONTES FINANCIADORAS	♦ Fundação Ford
PARCERIAS	♦ Há parcerias com o Movimento Nacional de Direitos Humanos, ABONGs e outras ONGs e OGs que lidam com crianças e adolescentes.
TERCEIRIZAÇÃO	♦ Não há.
PRINCIPAIS PROBLEMAS	♦ Resistência do judiciário e a falta de testemunhas, que nos casos de racismo, prejudica a consolidação da materialidade do delito.

---

<sup>6</sup> O CEAMP tem um Centro de Documentação e Pesquisa.

## 22

### Movimento Viva Rio

LOCAL	<b>ISER/ VIVA RIO</b>
CONTATOS	<b>PEDRO STROSEMBERG / Elizabeth Sussekind</b>  Também foi utilizado, como fonte de informação, o artigo de Ruben César Fernandes, Coordenador do Movimento Viva Rio, “Ações para a Integração e Pacificação da Cidade”, publicado no Comunicações do Iser, nº 49 - ano 17 - 1998
TELEFONE/FAX	<b>556-5004 / 556-5923</b>
ENDEREÇO	<b>LADEIRA DA GLÓRIA, 98</b>
E-MAIL	<b>vivario@ax.apc.org</b>

INSTITUIÇÃO / ORGANIZAÇÃO	<b>Movimento Viva Rio</b>
Nº DE PROJETOS QUE DESENVOLVE	♦ Vários projetos (13) são ou foram desenvolvidos em 4 diferentes áreas: <sup>7</sup>
NOME DOS PROJETOS	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. <b><u>Paz para a cidade:</u></b> Ações e campanhas como “Dois minutos de silêncio”, “Estamos no mesmo barco”, “Unir forças do Rio”, “Reage Rio”, “Desarme-se” e “Paz no trânsito”.</li> <li>2. <b><u>Segurança e direitos humanos:</u></b> <ul style="list-style-type: none"> <li>♦ <u>Balcão de Direitos</u> (7 centros de serviços de cidadania em favelas, com mediação de conflitos, defesa de direitos, atendimento jurídico, facilitação de documentos, palestras e pequenos cursos)</li> <li>♦ <u>Pesquisa</u> (suporte metodológico para os projetos ligados a essa área)</li> <li>♦ <u>Assessoria para referência de polícia</u> (monitoramento do Disque-denúncia, por exemplo)</li> <li>♦ <u>Projeto comunitário para o policiamento</u> (projeto piloto realizado em Copacabana - extinto)</li> </ul> </li> <li>3. <b><u>Educação de jovens e adultos:</u></b> <ul style="list-style-type: none"> <li>♦ <u>PAE - Programa de Aumento de Escolaridade:</u></li> <li>♦ <u>Serviço civil Voluntário</u></li> </ul> </li> <li>4. <b><u>Desenvolvimento Comunitário:</u></b> <ul style="list-style-type: none"> <li>♦ <u>Viva Cred</u></li> <li>♦ <u>Projeto Habitacional de Rio das Flores / Rio Novo</u></li> <li>♦ <u>Favela Bairro-Esporte Comunitário</u></li> <li>♦ <u>Jardineiros do Bairro</u></li> <li>♦ <u>Viva Bebê</u></li> <li>♦ <u>Carioquinha</u></li> <li>♦ <u>Voluntários Prontos para a Ação</u> (Folheto “Viva Rio”)</li> </ul> </li> </ol>
ÁREA DE ABRANGÊNCIA	<ul style="list-style-type: none"> <li>♦ <b>O foco original é a Cidade do Rio de Janeiro, mas o movimento se volta para o estado do Rio e estabelece conexões no plano nacional.</b></li> <li>♦ “O foco local é decisivo para a sua identidade. Seu objeto é o Rio de Janeiro, e dentro dele as sub-regiões, os bairros, as comunidades”.</li> </ul>

<sup>7</sup> Alguns projetos estão em funcionamento, outros foram extintos por razões que escapam à dinâmica do Viva Rio (como o Policiamento Comunitário, abolido com a mudança do governo, em 1995).



	<p>(Fernandes, Rubem César, “Ações para a integração e pacificação da cidade” in Comunicações do ISER, nº 49, ano 17, 1998).</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Embora focalizando a cidade do Rio, o movimento mantém interlocução com outros estados e “.. começa a circular em âmbito internacional, mas sua referência e competência são locais, na cidade do Rio ou em outras cidades do <b>estado do Rio</b>”. (idem)</li> </ul>
DATA DE INÍCIO	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ dezembro de 1993</li> </ul>
PÚBLICO-ALVO	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Toda a população da cidade/estado, embora os projetos desenvolvidos nos últimos anos sejam voltados para populações mais pobres, sem acesso à justiça, ao sistema de crédito, à escola, etc. Os jovens se tornaram um público-alvo focalizado pelo movimento, nos últimos anos.</li> </ul>
ESTRUTURA DA ORGANIZAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ <b>Conselho de Coordenadores:</b></li> <li>◆ “ O Viva Rio é dirigido por um Conselho de Coordenadores composto de dezenove pessoas que se reúnem regularmente para orientar as suas ações, num ritmo quase mensal. O conjunto (...) inclui lideranças empresariais e sindicais, da elite cultural e das favelas, de jornais concorrentes, de católicos e de evangélicos, de simpatias político-partidárias divergentes” (idem)</li> <li>◆ O Conselho é composto por voluntários, cujas decisões e opiniões não comprometem as instituições que representam.</li> <li>◆ O conselho não representa nem é o Viva Rio. Ele “... vale pelo que faz, como uma expressão livre de pessoas que se encontram e decidem fazer alguma coisa” (idem)</li> <li><b>Estrutura Geral:</b></li> <li>◆ Conselho de Coordenadores</li> <li>◆ Diretores;</li> <li>◆ Secretário Executivo; <ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Pesquisa (desenvolvida pelo ISER como braço não inserido na estrutura do Viva Rio);</li> </ul> </li> <li>◆ Assessoria Jurídica e Assessoria de Planejamento, Controle e Informação;</li> <li>◆ Gerência Administrativa, Gerência Financeira e Coordenação Comunicação e Marketing, Coordenação de Projetos Segurança e Direitos Humanos, Coordenação de Projetos Educação Comunitária, Coordenação de Desenvolvimento Comunitário.</li> </ul>
OBJETIVO INICIAL DA ORGANIZAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ “Contribuir para a paz na cidade” (idem) <sup>8</sup></li> </ul>
OBJETIVOS REDEFINIDOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Não houve propriamente uma redefinição de objetivos mas, antes, a focalização de temas (segurança pública, educação e geração de renda) e grupos específicos (jovens).</li> </ul>
OBJETIVOS ALCANÇADOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ No que diz respeito à contribuição para a paz na cidade, o resultado do trabalho foi positivo. Os projetos têm sido elogiados e são bem recebidos pelas comunidades enfocadas.</li> </ul>
PRESSUPOSTOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Ocorrências como as chacinas da Candelária e de Vigário Geral “...dramatizaram, pelo absurdo, um ambiente marcado por inseguranças diversas: <b>políticas</b> (tensões entre o governo do estado e o governo federal, assim como entre o governo do estado e as elites locais), <b>econômicas</b> (perdas da década de oitenta, num contexto inflacionário, acentuadas pelos prolongados efeitos negativos da transferência da capital do país para Brasília), <b>sociais</b> (degradação dos serviços públicos), <b>de identidade</b> (a “cidade maravilhosa” transformara-se numa “cidade partida”). A violência urbana, que cresceu nos anos oitenta com a expansão do narcotráfico,</li> </ul>

<sup>8</sup> Note-se que aqui o foco é na cidade.

passava a simbolizar, metonimicamente, um sentimento generalizado de insegurança” (idem) (grifos meus).

**OBJETIVO DOS  
PROJETOS**

1. Difundir os signos da paz
2. Conjuguar segurança pública e direitos humanos
3. Fomentar a educação de jovens e adultos
4. Promover o desenvolvimento comunitários

**SERVIÇOS OFERECIDOS**

1. **Eventos, mobilização e campanhas pela paz**
2. **PROJETOS DE SEGURANÇA E DIREITOS HUMANOS - PESQUISA: produção de informações qualificadas sobre violência urbana** (desenvolvimento de bases de dados que viabilizem a avaliação e o planejamento de políticas públicas); **POLICIAMENTO COMUNITÁRIO: interação sistemática entre as polícias e organizações da sociedade civil e do setor privado**, tendo em vista um policiamento preventivo, orientado para a resolução de problemas específicos geradores de insegurança no plano local (policiamento comunitário); **BALCÃO DE DIREITOS: assistência jurídica em favelas** (balcões de direitos); proposição de políticas (como a proposta de reforma do sistema de segurança pública em parceria com a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, do Ministério da Justiça).
3. **EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA - PAE: ensino de primeiro e segundo grau**, em favelas e bairros carentes da cidade, visando a preparação dos beneficiados para o mercado de trabalho (projeto da Secretaria Especial do Trabalho da Prefeitura do Rio, coordenado pelo Viva Rio e executado em parceria com 225 organizações comunitárias locais). ; **SERVIÇO CIVIL VOLUNTÁRIO: ensino de primeiro grau, noções de informática, cidadania e gestão de pequenos negócios** para jovens de 32 municípios do estado, dispensados do serviço militar, que prestarão serviços à comunidade (programa da Secretaria de Direitos Humanos do Minist. Da Justiça - coordenado, no Rio, pela Secretaria Estadual do Trabalho e Ação Social e dirigido e executado pelo Viva Rio em parceria com 104 organizações comunitárias).
  - ♦ Turmas de 30 alunos são formadas em organizações comunitárias situadas no interior das comunidades pobres / é empregada a metodologia de ensino à distância, como o Telecurso 2000 / o estudo é combinado com ações comunitárias / desenvolve-se um sistema de estímulos, controles e avaliação referido à produtividade dos professores e alunos.
  - ♦ “Em inícios de 1998, o Viva Rio coordenava uma rede composta de 329 turmas com este perfil, com cerca de 10.000 alunos, em 260 comunidades pobres e 34 municípios do estado do Rio”(idem).
4. **DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO - VIVA CRED: crédito (sem burocracia) para financiamento de pequenos empreendimentos na área de serviços e produção de bens, em comunidades carentes** (Rocinha e Rio das Pedras, até 1998); **PROJETO HABITACIONAL RIO DAS FLORES: construção, urbanização e regularização de 248 de casas erguidas em sistema de mutirão, para famílias vitimadas pelas enchentes de 1996** (coordenado pelo Viva Rio, em parceria com a Secretaria de Habitação da Prefeitura); **FAVELA BAIRRO-ESPORTE COMUNITÁRIO: aprendizagem e prática de esportes** por parte de 1.000 crianças e adolescentes, entre 7 e 17 anos, nas instalações esportivas da comunidade, dentro do conceito ‘esporte para a cidadania’ (Vidigal, Grotão e União). No início de 1998, o projeto envolvia 2600 alunos em comunidades do Favela Bairro; **JARDINEIROS DO BAIRRO: treinamento para jovens no ofício de jardineiro**. Inicialmente foram treinados 20 jovens do Morro Santa Marta , em Botafogo, mas o projeto deve se estender por mais 10 bairros da cidade (parceria com Parques e Jardins e apoio do Comunidade Solidária);
  - ♦ Cerca de 100 canteiros foram construídos ao longo da rua Voluntários da Pátria. “Engajar os jovens da favela na melhoria

	<p>das calçadas no bairro tem um sentido profissionalizante, mas é também educacional em amplo sentido, para o conjunto dos moradores, e contribui para diminuir a tensão entre ‘morro e asfalto’” (idem).</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>♦ “Passado o primeiro ano de treinamento e implantação, o projeto passa a depender do apoio privado, o qual é estimulado pela Prefeitura com a concessão de placas para o anúncio do patrocínio” (idem).</li> </ul> <p><b>VIVA BEBÊ : Profissionalização de babás e auxiliares de creches</b> (desenvolvido em Acará); <b>CARIOQUINHA: profissionalização de guias turísticos em três comunidades com potencial turístico</b> (Vidigal, Babilônia e Chapéu Mangueira).</p> <p>5. <b>VOLUNTÁRIOS PRONTOS PARA A AÇÃO: aproveitamento, de maneira abrangente e sistemática, da rede de voluntários que têm participado das mobilizações, campanhas e projetos do Viva Rio para atuação em situações emergenciais.</b></p>
MODO DE FUNCIONAMENTO	<ul style="list-style-type: none"> <li>♦ O FUNCIONAMENTO DOS DOIS PROJETOS REFERIDOS DIRETAMENTE À SEGURANÇA PÚBLICA - OS BALCÕES DE DIREITO E O POLICIAMENTO COMUNITÁRIO - FOI DETALHADO EM FICHAS PRÓPRIAS.</li> </ul>
Nº DE PESSOAS ATENDIDAS AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>♦ Em 1998, cerca de 23.002 pessoas teriam sido beneficiadas diretamente pelo programa.</li> <li>♦ Os projetos são avaliados unitariamente, mas não se faz uma discussão conjunta, para avaliar a atuação do Viva Rio como um todo.</li> </ul>
PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>♦ O Viva Rio reúne profissionais das mais diversas áreas e formações, como advogados, sociólogos, antropólogos, administradores, comunicadores, etc. Incluindo o staff e os agentes multiplicadores os profissionais estavam distribuídos da seguinte forma:</li> <li>♦ <b>ÁREA DE EDUCAÇÃO:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>♦ Aumento de Escolaridade - 230</li> <li>♦ Serviço Civil Voluntário - 358</li> <li>♦ Oportunidade de Futuro - 326</li> </ul> </li> <li>♦ <b>ÁREA DE SEGURANÇA E DIR. HUMANOS</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>♦ Balcão de Direitos - 28</li> </ul> </li> <li>♦ <b>ÁREA DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>♦ Viva Cred - 11</li> <li>♦ Rio das Flores - 7</li> <li>♦ Esporte Comunitário - 28</li> <li>♦ Jardineiros do Bairro - 4</li> <li>♦ Carioquinhas - 15</li> <li>♦ Viva Bebê - 10</li> <li>♦ Voluntariado - 1</li> </ul> </li> <li>♦ <b>COORDENAÇÃO DE PROJETOS: 23</b></li> <li>♦ <b>COMUNICAÇÃO E EVENTOS: 6</b></li> <li>♦ <b>ADMINISTRAÇÃO: 21</b></li> <li>♦ <b>TOTAL: 1.074</b></li> </ul>
TIPO DE ORGANIZAÇÃO:	<ul style="list-style-type: none"> <li>♦ ONG</li> </ul>
FONTES DE FINANCIAMENTO	<ul style="list-style-type: none"> <li>♦ Iniciativa privada; Governo Federal; Governo Estadual; Governo Municipal; ONGs e Agências internacionais.</li> </ul>
CUSTO ESTIMADO	<p>1993- trabalho voluntário e doações  1994- custos administrativos cobertos pelo ISER  1995- R\$ 665.385.00  1996- R\$ 3.816.288.00  1997- R\$ 6.162.547.00</p>

1998- R\$ 17.718.541.00

PARCERIAS

- ◆ Ministério da Justiça / Secretaria de Direitos Humanos
- ◆ Defensoria Pública
- ◆ Ministério Público
- ◆ Tribunal de Justiça
- ◆ Organizações comunitárias locais, das unidades envolvidas com os projetos
- ◆ PMERJ
- ◆ Prefeitura /Secretaria Especial do Trabalho
- ◆ Prefeitura / Secretaria Municipal de Habitação
- ◆ Estado / Secretaria Estadual do Trabalho e Ação Social
- ◆ Comunidade Solidária
- ◆ Parques e Jardins

TERCEIRIZAÇÕES

- ◆ Os agentes das comunidades são pagos através de cooperativas. Embora façam parte do programa, recebem como agência à parte. Alguns profissionais prestam consultorias e há prestadores de serviços que oferecem cursos para o Viva Rio.

PROBLEMAS

- ◆ Riscos de descontinuidade dos financiamentos (o que se procura compensar, entre outras coisas, com a capacitação de agentes comunitários, que podem dar prosseguimento ao trabalho)
- ◆ tendência a expandir o trabalho para além do que os recursos permitem, o que resulta na queda da qualidade dos serviços (embora essa postura tenha resultado, positivamente, na ampliação do escopo do trabalho).
- ◆ Entrada irregular de recursos (os projetos “incham”, no início e, mais tarde, as equipes acabam sendo desfeitas, quando as verbas se tornam escassas).
- ◆ Resistência de alguns governos aos projetos (como por exemplo, o projeto de proteção às testemunhas e o policiamento comunitário)

TRABALHO  
VOLUNTÁRIO

- ◆ Sim (cerca de 822 voluntários)

## 23

### Conselhos Tutelares

PROGRAMA	<p style="text-align: center;"><b>CONSELHOS TUTELARES</b></p> <p>FONTES DE PESQUISA: ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE / CONHECENDO O ECA (PREFEITURA / CBIA) / ENTREVISTA COM JOSÉ EDUARDO DE ANDRADE, CONSELHEIRO TUTELAR DE INDAIATUBA - SP / “CONSELHO TUTELA? O QUE É? O QUE FAZ? COMO PARTICIPAR? (PROJETO LEGAL)</p> <p style="text-align: center;"><a href="http://cogae.pucsp.br/~sircri/banco/vida/direitos/contut3.html">http://cogae.pucsp.br/~sircri/banco/vida/direitos/contut3.html</a></p>
INSTITUIÇÃO / ORGANIZAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ <b>CONSELHOS TUTELARES</b></li> </ul>
ÁREA DE ABRANGÊNCIA	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ A lei que institui os CT é nacional. Cada conselho atua no âmbito municipal</li> </ul>
DATA DE INÍCIO	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Instituído legalmente em 1991, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente</li> </ul>
PÚBLICO-ALVO	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Crianças e adolescentes cujos direitos estejam sendo ameaçados ou que apresentem problemas de conduta.</li> </ul>
ESTRUTURA DA ORGANIZAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ O Conselho Tutelar “...é um órgão público ligado à administração municipal (Prefeitura), composto por cinco pessoas escolhidas pela comunidade (...) Para ser criado, o Conselho Tutelar passa pelas seguintes etapas:             <ul style="list-style-type: none"> <li>◆ discussão nas comunidades sobre a realidade das crianças e dos adolescentes do município e definição da necessidade e do número de Conselhos Tutelares a serem criados, bem como todas as condições para o seu bom funcionamento;</li> <li>◆ articulação da sociedade com o Poder Executivo (Prefeito) para que este elabore o Projeto de Lei para a criação do Conselhos nos moldes do que a comunidade necessita e do que foi estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente;</li> <li>◆ aprovação da criação dos Conselhos por parte da Câmara de Vereadores;</li> <li>◆ sanção e publicação da Lei pelo Prefeito Municipal.” (folheto do Projeto Legal)</li> </ul> </li> <li>◆ ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - LIVRO II - PARTE ESPECIAL- TÍTULO V - DO CONSELHO TUTELAR- CAPÍTULO 1- Disposições Gerais             <ul style="list-style-type: none"> <li>- art.131 - O conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei.</li> <li>Art.132 - Em cada Município haverá, no mínimo, um Conselho Tutelar composto de cinco membros, escolhidos pela comunidade local para mandato de três anos, permitida uma recondução</li> </ul> </li> </ul>
OBJETIVO INICIAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Zelar para que os direitos das crianças e adolescentes sejam cumpridos.</li> <li>◆ O Conselho é um órgão municipal “... tem responsabilidade de zelar pelos direitos das crianças e adolescentes, sendo, de certa forma, executor da política de atendimento e os direitos assegurados no Art.227 da Constituição e do ECA,</li> </ul>

requisitando serviços e acionando a justiça para garantir esses direitos”(José E. de Andrade).

#### PRESSUPOSTOS

♦ Artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente: “É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito à liberdade e à convivência familiar e comunitária”.

♦ Artigo 227 da Constituição de 1988: “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

“Essa nova Constituição fortaleceu o tema da CIDADANIA, como o direito de todo o cidadão de ter uma vida digna e participar das decisões que definem os rumos do país. Assim, todas as crianças e adolescentes passaram a ter direito a essa cidadania”( ... )“...não basta falar em direitos ou cidadania, é necessário que existam instrumentos concretos que possam garantir aqueles direitos e a própria cidadania” (folheto do Projeto Legal)

#### SERVIÇOS OFERECIDOS

♦ CAPÍTULO II - DAS ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO

♦ Art.136 - São atribuições do Conselho Tutelar:

I- **A tender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos artigos 98** (aplicam-se as medidas de proteção quando os direitos reconhecidos no ECA forem violados ou ameaçados em razão de: ação ou omissão da sociedade ou do Estado; falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; conduta da própria criança ou adolescente) e **105** (cometimento de ato infracional), **aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VII** (I. Encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade; II. Orientação, apoio e acompanhamento temporários; III. Matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental; IV. Inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente; V. Requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial; VI. Inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos; VII. Abrigo em entidade<sup>9</sup>)

II- **Atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII** (art. 129 - São medidas aplicáveis aos pais ou responsável: I. Encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família; II. Inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos; III. Encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico; IV. Encaminhamento a cursos ou programas de orientação; V. Obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar; VI. Obrigação de encaminhar a criança ou adolescente a tratamento especializado; VII. Advertência<sup>10</sup>)

III- **Promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:**

- a) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;
- b) representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações

IV. **Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;**

V. **Encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;**

VI. **Providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as**

<sup>9</sup> O item VIII - Colocação em família substituta escapa às atribuições do CT.

<sup>10</sup> Os itens VII (perda da guarda), IX (destituição da tutela e X (suspensão ou destituição do pátrio poder escapam, também, às atribuições do CT.

previstas no art. 101, de I a VI (supracitado), para o adolescente autor de ato infracional;

VII. frequência de deliberações e notificações;

VIII. Requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;

IX. Assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

X. Representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, parágrafo 39, inciso II da Constituição Federal;

XI. Representar o Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do pátrio poder.

PROFISSIONAIS  
ENVOLVIDOS

- ♦ Estatuto da Criança e do Adolescente:
- ♦ Art. 133 - Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar, serão exigidos os seguintes requisitos:
  - I. reconhecida idoneidade moral
  - II. idade superior a vinte e um anos
  - III. residir no município
- ♦ Art. 139 - O processo para a escolha dos membros do Conselho Tutelar será estabelecido em Lei Municipal e realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a fiscalização do Ministério Público (Nova redação conforme Lei Federal 8.242/91, de 12/10/91).
- ♦ CAPÍTULO V - art. 140 - São impedidos de servir no mesmo Conselho marido e mulher, ascendentes e descendentes, sobro e genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado.
- ♦ Art. 135 - O exercício efetivo da função de conselheiro constituirá serviço público relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral e assegurará prisão especial, em caso de crime comum até o julgamento definitivo.

NÚMERO

- ♦ Cada conselho será composto de 5 membros

TIPO DE ORGANIZAÇÃO

- ♦ INST controle sobre. GOVERNAMENTAL
- ♦ "...trata-se de um espaço de intercessão entre o Estado e a Sociedade Civil, um espaço de participação popular com estatura de 'poder político'. (...) é um espaço de intercessão entre o Estado e a Sociedade Civil e, ao mesmo tempo, 'jurisdicionado', isto é, normatizado por uma legislação específica (ECA), o que ratifica-o como espaço público intermediário" (José E. de Andrade).

FONTES DE  
FINANCIAMENTO

- ♦ **Município** (art. 134/ECA - parágrafo único: Constará da Lei Orçamentária Municipal previsão dos recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar).

PROBLEMAS

- ♦ O CT opera como "... um espaço lateral à justiça que possa exercer 'controle' sobre os indivíduos e que, ao mesmo tempo, não exerce 'controle' sobre os serviços que lhes são atribuídos (...) Podemos verificar (por exemplo) que a busca pela garantia do direito à educação tem um percentual significativo. Contudo a efetivação desse direito representa, nos Conselhos pesquisados, uma efetividade muito pequena, ou seja, as crianças e adolescentes que procuram os Conselhos não conseguem, em sua maioria, ter garantido o direito à educação..." (José E. de Andrade).
- ♦ Distância entre o que a Lei preconiza e a realidade - o que não pode servir de alibi para a omissão e o abuso (idem)

## 24

### Conselhos da Comunidade

LOCAL	<b>CONSELHOS DA COMUNIDADE</b>
CONTATOS	<b>EDNA DEL POMO DE ARAÚJO</b>
TELEFONE/FAX	<b>558-3353 (TELEFAX)</b>
ENDEREÇO	<b>RUA ALMIRANTE TAMANDARÉ, 66 - 924</b>

INSTITUIÇÃO / ORGANIZAÇÃO	♦ <b>Conselhos da Comunidade</b>
ÁREA DE ABRANGÊNCIA	♦ A área de abrangência de cada Conselho é a sua própria comarca. A lei (de 1984) determina que cada comarca tenha um Conselho, que deve ser criado pelo juiz e formado por membros da sociedade civil organizada. Entretanto, em 1991, ainda não havia nenhum Conselho no estado do Rio.
DATA DE INÍCIO (DA ORGANIZAÇÃO)	♦ O primeiro Conselho a ser instituído foi o da capital, em abril de 1992. Posteriormente foram instituídos mais oito Conselhos nas comarcas de Niterói, Campos, Barra do Piraí, Volta Redonda, Mangaratiba, Magé, Cantagalo, e Sumidouro.
DATA DE ENCERRAMENTO	♦ A maioria dos Conselhos acabou após 1995.
MOTIVO ENCERRAMENTO	♦ Atualmente, apenas os Conselhos do Rio e de Barra do Piraí continuam funcionando. Os demais deixaram de existir por falta de apoio do juiz, já que este órgão é ligado ao Poder Judiciário local. Também não houve apoio do Conselho Penitenciário (órgão consultivo e fiscalizador do cumprimento da pena).
PÚBLICO-ALVO	♦ A população carcerária da comarca.
OBJETIVO INICIAL	♦ Fazer cumprir o que a lei determinava: visitar e entrevistar presos, conhecer suas necessidades; propor sugestões através de relatórios.
OBJETIVOS REDEFINIDOS	♦ Houve um aumento das funções, pois os conselheiros passaram a supervisionar as penas de prestação de serviços, estimulando a adoção das mesmas pelos juízes (percebeu-se que muitas vezes os juízes adotavam o cumprimento da pena em regime fechado por falta de pessoal para fiscalizar o cumprimento de serviços comunitários. Quando os Conselhos assumiram essa função, observou-se que os juízes passaram a optar por penas alternativas com mais frequência).
OBJETIVOS ALCANÇADOS	♦ Sim, no período inicial. De 1991 a 1995 os Conselhos da Comunidade estavam no auge (foram instituídos sete deles). A partir de 1995, com a mudança de governo, o novo representante da comunidade no Conselho Penitenciário não apoiou os Conselhos.  ♦ É importante ressaltar que a implantação dos mesmos trouxe efeitos positivos não previstos na lei, como a inibição da violência (especialmente nas comarcas do interior, onde sobressai a ação dos justiceiros).
PRESSUPOSTOS	♦ Fiscalizar a lei é importante, e apenas através do Conselho da Comunidade a sociedade civil organizada tem condições de fiscalizar a execução penal.



SERVIÇOS OFERECIDOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Proposição de políticas públicas</li> <li>◆ Acompanhamento das execuções penais</li> <li>◆ Apoio no processo de reinserção do preso</li> <li>◆ Trabalho com a família do preso</li>   <li>◆ De acordo com a lei, Os Conselhos Comunitários devem: <ul style="list-style-type: none"> <li>– Visitar, pelo menos mensalmente, os estabelecimentos penais existentes na Comarca.</li> <li>– Entrevistar presos.</li> <li>– Apresentar relatórios mensais ao juiz da execução e ao Conselho Penitenciário</li> <li>– Diligenciar a obtenção de recursos materiais e humanos para melhor assistência ao preso ou internado em harmonia com a direção do estabelecimento.</li> </ul> </li>   <li>◆ Quando do inícios de seu funcionamento, os conselhos também passaram a fiscalizar o cumprimento das penas alternativas, evitando os riscos da impunidade. As visitas aos presos faziam com que os conselheiros fossem descobrindo novas necessidades, como visitar também suas famílias para conscientizá-las sobre a importância de recebê-los de volta, facilitando, assim, sua reintegração.</li> </ul>
AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Não há um método sistemático de avaliação. Realizam-se discussões baseadas nos relatórios mensais entregues pelos conselheiros.</li> </ul>
PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Há assistentes sociais, psicólogos, religiosos, médicos, advogados, etc. Não é preciso ter nível superior para ser um conselheiro, mas é preciso pertencer a alguma entidade da sociedade civil. Os membros escolhidos são pessoas respeitadas pela comunidade, inclusive pelos apenados.</li> </ul>
NÚMERO	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Varia em função do tamanho da comarca. De acordo com a lei, cada Conselho deve ter no mínimo três conselheiros. Mas os que foram instituídos tinham no mínimo cinco.</li> </ul>
TIPO DE ORGANIZAÇÃO:	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ sem fins lucrativos</li> </ul>
FONTES DE FINANCIAMENTO	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Os Conselhos não recebem qualquer tipo de financiamento</li> </ul>
CUSTO ESTIMADO	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Zero. Todos os conselheiros são voluntários e não há nenhuma ajuda de custo.</li> </ul>
Nº PESSOAS ATENDIDAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Nas comarcas onde o Conselho foi implantado, todos os presos foram beneficiados, com exceção da capital, onde o número de presos é muito grande.</li> </ul>
PARCERIAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Não há.</li> </ul>
TERCEIRIZAÇÕES	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Não há.</li> </ul>
PROBLEMAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Falta de infra-estrutura (espaço físico para reuniões, recursos financeiros, falta de apoio do Poder Judiciário).</li> </ul>
TRABALHO VOLUNTÁRIO?	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Todo trabalho é voluntário.</li> </ul>

# 25

## Disque-Denúncia Roubo e Furto de Veículos

### Associação Rio Contra o Crime

LOCAL	<b>DISQUE-DENÚNCIA</b>
CONTATOS	<b>ZECA BORGES</b>
TELEFONE/FAX	<b>690-1260</b>
ENDEREÇO	<b>RUA PRESIDENTE VARGAS, 817 - 12º ANDAR - CENTRO</b>

INSTITUIÇÃO / ORGANIZAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>Associação Rio Contra o Crime</li> </ul>
NOME DO PROJETO	<ul style="list-style-type: none"> <li><b>Disque-Denúncia Roubo e Furto de Veículos</b></li> </ul>
ÁREA DE ABRANGÊNCIA (DA ORGANIZAÇÃO)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Estado do Rio de Janeiro</li> </ul>
DATA DE INÍCIO (DA ORGANIZAÇÃO)	<ul style="list-style-type: none"> <li>01/01/98</li> </ul>
PÚBLICO-ALVO (DA ORGANIZAÇÃO)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Proprietários de veículos (no sentido de recuperar o veículo roubado). Mas toda a população pode fazer denúncias.</li> </ul>
PRESSUPOSTOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>A Polícia Civil não bloqueava imediatamente a negociação do veículo roubado. Esse bloqueio só era realizado cerca de 15 a 20 dias após o fato ter ocorrido; o roubo não era comunicado à Polícia Militar.</li> </ul>
OBJETIVO DOS PROJETOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>Tornar efetivo o bloqueio, no plano nacional; informar à PM.</li> </ul>
SERVIÇOS OFERECIDOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>Receber denúncias sobre quadrilhas e veículos abandonados (se a denúncia levar ao desbaratamento de alguma quadrilha, paga-se uma recompensa de R\$2.000,00 ao autor da denúncia).</li> <li>Bloquear imediatamente a negociação do veículo.</li> <li>Informar todas as polícias.</li> <li>Informar o denunciante sobre o andamento do caso (quando a polícia dá algum retorno).</li> </ul>
OBJETIVOS ALCANÇADOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>Alcançou-se ainda um objetivo não previsto: as delegacias passaram a fazer o bloqueio imediatamente.</li> </ul>
AValiação DOS RESULTADOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>Os únicos números disponíveis indicam que houve um aumento significativo de denúncias relacionadas ao roubo de veículos, que já chegam a 22% do total de ligações que o Disque-Denúncia recebe atualmente (antes esse percentual era de 6%).</li> <li>Não se sabe o efeito que o bloqueio imediato tem sobre os números gerais.</li> </ul>
PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>Profissionais de marketing corporativo (Zeca Borges), de telemarketing (nível gerencial) e profissionais que possuem 2º grau completo e experiência em telemarketing (atendimento). Já há um treinamento específico para os profissionais que atendem às denúncias.</li> <li>Todos os profissionais da organização trabalham também nessa área, não há uma divisão.</li> </ul>

NÚMERO	<ul style="list-style-type: none"> <li>♦ 26 profissionais, no total.</li> </ul>
TIPO DE ORGANIZAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>♦ ONG, atuando em parceria com o Estado (Secretaria de Segurança Pública)</li> </ul>
FONTES DE FINANCIAMENTO	<ul style="list-style-type: none"> <li>♦ Não há um financiamento específico para este subproduto. Os recursos saem do orçamento global do Disque-Denúncia</li> </ul>
CUSTO DO PROJETO	<ul style="list-style-type: none"> <li>♦ em torno de 15% do custo total do Disque-Denúncia (algo em torno de R\$5.000,00 por mês).</li> </ul>
Nº PESSOAS ATENDIDAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>♦ O programa recebe uma média de 49 ligações por dia. O ideal seria receber cerca de 80, já que 115 carros são roubados diariamente.</li> </ul>
PARCERIAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>♦ Seguradoras de automóveis; Secretaria de Segurança Pública. <ul style="list-style-type: none"> <li>♦ As seguradoras enviam uma listagem dos carros roubados. Dessa forma, a comunicação não depende apenas da iniciativa do proprietário; Associação Brasileira de Rádio e Televisão, que cede espaço gratuito nos veículos de comunicação.</li> </ul> </li> </ul>
TERCEIRIZAÇÕES	<ul style="list-style-type: none"> <li>♦ Não há.</li> </ul>
PROBLEMAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>♦ A falta de resposta da polícia (tanto na área de investigação de quadrilhas, quanto no que diz respeito à recuperação de veículos roubados); a dificuldade de se pagar recompensa (quando a polícia não dá retorno sobre determinada denúncia, ainda que esta estivesse correta, o informante não recebe a recompensa).</li> </ul>
TRABALHO VOLUNTÁRIO	<ul style="list-style-type: none"> <li>♦ Não há, pois os a organização prefere manter apenas profissionais, acreditando que dessa forma o trabalho será mais eficiente.</li> </ul>

# 26

## Casa Da Mulher Bertha Lutz

### Prefeitura Municipal de Volta Redonda

PROGRAMA	PROJETO CIDADANIA DA MULHER
SEÇÃO	<b>CASA DA MULHER BERTHA LUTZ - VOLTA REDONDA</b>
CONTATOS	Conceição
TELEFONE/FAX	(024) 346-2012 RAMAL 268 (024) 347-4148 (FAX)
ENDEREÇO	<b>RUA GRANDES LOJAS, Nº 107 - RETIRO VOLTA REDONDA - RJ CEP: 27275-380</b>

INSTITUIÇÃO / ORGANIZAÇÃO	Prefeitura Municipal de Volta Redonda <b>Casa Da Mulher Bertha Lutz / SMS</b>
NOME DO PROJETO	♦ Projeto cidadania da mulher
ÁREA DE ABRANGÊNCIA	♦ Município de Volta Redonda
DATA DE INÍCIO	♦ 05/ 01/ 93
PÚBLICO-ALVO	♦ Mulheres e famílias do município
OBJETIVO INICIAL DA ORGANIZAÇÃO	♦ Garantir a plena cidadania da mulher, coibir toda forma de violência contra a mulher
OBJETIVOS REDEFINIDOS	♦ Os objetivos do referido projeto foram desenvolvidos por etapas
OBJETIVOS ALCANÇADOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>♦ Trabalho integrado entre a casa da mulher, delegacia de polícia civil, implantação do nuam com serviço social;</li> <li>♦ Trabalho integrado com a pm;</li> <li>♦ Convênio com o ministério da justiça para a implantação da casa abrigo para mulheres em situação de violência;</li> <li>♦ Convênio com a secretaria de estado de segurança pública para a implantação da deam-volta redonda;</li> <li>♦ Implantação do núcleo de anticoncepção, fertilidade e sexualidade;</li> <li>♦ Criação do fórum permanente de combate à violência contra a mulher da região sul fluminense;</li> <li>♦ Um total de 25.799 atendimentos de janeiro de 1993 a dezembro de 1997;</li> <li>♦ Trabalho integrado com os grupos de al-anon para encaminhamento dos agressores alcoolistas;</li> </ul>
PRESSUPOSTOS	♦ Volta redonda é uma cidade com história de luta, organização de movimentos populares e sindical e as mulheres sempre tiveram presença marcante em todos os movimentos, todas as atividades; em 1980 nasceu a organização popular de mulheres, a partir de um movimento intitulado “movimento contra a carístia”, no decorrer do tempo foram se constatando outros problemas vividos pelas

mulheres, no lar, no trabalho, no espaço público, especialmente, o problema da violência doméstica; constatou-se ainda um amplo desconhecimento dos direitos da mulher e uma falta de instituições competentes para resolver tais problemas. Neste mesmo período passou-se a fazer um levantamento dos casos de violência contra a mulher na delegacia de polícia, onde se observou que o índice era alarmante. A partir desses dados a organização popular de mulheres procurou a secretaria de polícia civil para reivindicar uma delegacia especial de atendimento à mulher e, em 1992, durante a campanha eleitoral para prefeito, a mesma instituição elaborou um plano municipal de direitos da mulher que foi implantado pelo prefeito eleito, paulo baltazar - psb, plano este que está sendo desenvolvido pela casa da mulher bertha lutz, portanto o que mais motivou a implantação do projeto supracitado foi o alto índice de violência contra a mulher no município.

#### OBJETIVO DOS PROJETOS

- A principal meta da casa é a elaboração, implantação e coordenação de políticas públicas dirigidas diretamente à mulher, no sentido de fazer o enfrentamento direto de questões como: violência, discriminação no trabalho, educação diferenciada, saúde e direitos reprodutivos, acesso à formação profissional, objetivando o resgate do pleno exercício da cidadania, se opondo assim, à política “tradicional” marcada pela exclusão dos pobres e pela discriminação sexual, dando o verdadeiro significado à dimensão e ao conceito de cidadania e democracia.

#### SERVIÇOS OFERECIDOS

- ♦ ATENDIMENTO SOCIAL: triagem, visitas domiciliares, encaminhamentos e acompanhamento dos casos junto a outros órgãos competentes, como : Delegacia, Fórum, Conselho Tutelar, etc.
- ♦ ATENDIMENTO JURÍDICO: orientações; ações de alimentos, ações de separação promovendo mediação entre os casais; audiências, acompanhamento dos casos de homicídios junto a Promotores e Juizes; acompanhamento dos casos junto à 93ª DP para registros de ocorrência, exame de corpo de delito, depoimentos, etc.
- ♦ ATENDIMENTO PSICOLÓGICO: Atendimento a casais; acompanhamento psicológico à mulheres em situação de violência sexual, doméstica...; atendimento à mulheres em processo de separação e convivência com dependentes químicos; atendimento à famílias de dependentes químicos.
- ♦ ATENDIMENTO EM GRUPO À MULHERES COM BAIXA-ESTIMA, FAMILIARES DE DEPENDENTES QUÍMICOS.
- ENCONTROS, PALESTRAS, OFICINAS NOS BAIRROS, ESCOLAS, ASSOCIAÇÕES DE MORADORES, GRUPOS DE MULHERES, EMPRESAS, ETC.

#### MODO DE FUNCIONAMENTO

- ♦ Funciona das 7:00 às 17:00 horas, de segunda à sexta-feira, atendendo à demanda espontânea e referenciada.

#### MÉTODOS DE AVALIAÇÃO

- ♦ Não dispomos de um método de avaliação sistemático

#### PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS

- ♦ A equipe é composta por 14 membros:
  - 3 (três) assistentes sociais
  - 2 (duas) psicólogas
  - 2 (duas) advogadas
  - 1 (uma) pedagoga
  - 1 (uma) auxiliar administrativa

1 (uma) secretária  
2 (duas) recepcionistas  
1 (um) guarda  
1 (uma) coordenadora

TIPO DE ORGANIZAÇÃO:	♦ Governamental
CUSTO ESTIMADO	♦ R\$ 6.000,00 (mês)
TERCEIRIZAÇÕES	♦ Não
PARCERIAS	♦ SESI, CEPIA, CEFÊMEA, CNDM, SOF/SP, 93º DP, 28º BPM.